



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Airlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Trajano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 18.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Heinz Herwig.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Cleiton Kjelise, José Artur Ritti, Namir Piacentini e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O,

Agradecendo a participação da Orquestra Sinfônica do Paraná em nossa Sessão Legislativa do hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de indicar a essa Presidência, o nome do Deputado Colombino Grassano, para, nos termos regimentais, compor como suplente do Deputado Dalton Machuca, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Ao ensejo renovo-lhe meus protestos de

consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 448

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 067/93 (Mensagem n.º 005/93), de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N.º 449

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 72/93, que reajusta em 25% (vinte e cinco por cento) a partir de 01/03/93 os níveis dos vencimentos dos Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N.º 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, REQUER, regime de urgência, ao Projeto de Lei n.º 399/92, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Escola Profissional Padre João Piamarta - Creche Sagrada Família de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N.º 464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 83/93, que declara de Utilidade Pública a Associação Solidários pela Vida - SOVIDA.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.º 468

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a substituição do Deputado Lourenço Fregonese na CPI de Campo Bonito pelo Deputado Antônio Annibelli para compor a mesma.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) HEINZ HERWIG

REQUERIMENTO N° 456

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Associação dos Funcionários do BANESTADO, pelo lançamento do LP Festival da Primavera.

O chamado Festival da Primavera foi o primeiro festival de música dos funcionários do BANESTADO. Segundo os idealizadores do evento, a finalidade era criar oportunidades para que cada artista pudesse mostrar seu trabalho, ver reconhecida a sua criação, exposta em obra para audição e aplauso dos amigos, colegas, gente que acreditou em seu talento.

Desde a primeira idéia, a organização, as inscrições, o estímulo à participação, o Festival lutou pela valorização cultural do associado.

O sonho virou realidade junto com a estação de primavera de 1991. Começou em setembro, com a inscrição de 83 canções. Depois vieram as semifinais nas regiões de Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá. O objetivo era encurtar distâncias, proporcionando a todos a chance de mostrar seu talento.

Afinal marcou o ponto culminante dessa festa, com os "banestadenses" vibrando, torcendo, confraternizando... Um momento inesquecível, agora ao alcance de todos através do LP Festival da Primavera, lançado pela Associação BANESTADO, e que reúne as doze músicas que chegaram àquela final do Festival.

Através do presente voto de congratulações, queremos cumprimentar todos os associados da A.B., principalmente à diretoria da entidade e à comissão organizadora do 1° Festival, pela dedicação na promoção de um importante evento cultural do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 452

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a aprovação de voto de louvor aos servidores públicos estaduais Josely Vianna Baptista e Luiz Antonio Guinski, integrantes da equipe responsável pela criação, edição e consolidação do jornal de cultura "Nicolau", órgão da Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

JUSTIFICATIVA:

Criado durante a administração do Senhor Álvaro Dias, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, com patrocínio sucessivo de outras Secretarias de Estado, resultou o jornal de cultura "Nicolau" do trabalho árduo e criativo de uma pequena equipe integrada pelos servidores públicos estaduais Josely Vianna Baptista, Luiz Antonio Guinski, Wilson Bueno Pinto e outros.

Várias vezes premiado por instituições nacionais graças à alta qualidade com que figurava e figura junto a outras publicações de cultura, serviu o jornal "Nicolau" como fórum para intenso intercâmbio de informações entre setores da inteligência paranaense e brasileira, tendo-se configurado, no âmbito do Paraná, como o primeiro veículo de imprensa cultural de alcance massivo verdadeiramente estadual, encartado que era em cerca de 15 (quinze) órgãos paranaenses, mês a mês, com tiragem que chegou a 170 (cento e setenta) mil exemplares em sua fase de maior vigor.

Muito da pontualidade com que era produzido, deveu-se às exímias qualificações profissionais do Diretor de Arte e Produtor Gráfico Luiz Antonio Guinski, que durante 26 (vinte e seis) meses conseguiu levar ao prelo sempre sobrecarregado da Imprensa Oficial o mencionado veículo, assegurando sua extraordinária qualidade gráfica, merecedora, entre outros fatores, das distinções alcançadas. Da mesma forma, a sensibilidade, a erudição, a extremada dedicação ao trabalho invariavelmente demonstrados pela Escritora e Editora Josely Maria Biscaia Vianna Baptista resultaram em contribuição decisiva para que se firmasse o "Nicolau" como jornal de cultura reconhecidamente entre os melhores do Brasil.

Ao cabo de mais de dois anos de esforços em favor de um órgão que trouxe à população paranaense um novo patamar de auto-conhecimento e de desenvolvimento cultural, foram os servidores ora apontados ao louvor desta Casa alijados de suas funções, por divergências em relação ao editor nominal do órgão, Senhor W. Bueno Pinto, e ao então titular daquela Secretaria de Estado, Senhor R. A. Dotti. Na ocasião, toda a equipe responsável pela elaboração efetiva do jornal, num gesto de dignidade e de desagravo, demitiu-se de seus postos, sem exclusão dos revisores e do office-boy.

Designados para outras funções de caráter subalterno, no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, os servidores Josely Vianna Baptista e Luiz Antonio Guinski passaram a enfrentar dificuldades de reinserção no serviço público e a indiferença,

quando não a hostilidade, da alta direção daquela Secretaria.

O Senhor Luiz Antonio Guinski, desligado a pedido do Serviço Público Estadual, exerce atualmente as funções de Produtor Gráfico junto à prestigiosa Agência de Publicidade de projeção nacional. A Senhora Josely Vianna Baptista, que nesse interm vem se destacando como um nome de primeiro plano na literatura brasileira contemporânea e uma das mais importantes tradutoras da moderna literatura ibero-americana, mantém ainda vínculo funcional com o Estado, sem que porém suas altas qualificações profissionais lhe valham funções compatíveis com o talento e os extraordinários serviços já prestados ao Paraná.

Mais grave: está sendo submetida neste momento a processo administrativo por abandono de cargo, porque, licenciada, a pedido, da Secretaria de Estado da Cultura, foram seus papéis objeto de negligência da burocracia daquela Pasta, deixando de tramitar em prazo hábil.

Por ser de justiça, propõe o Deputado subscritor a homenagem deveras modesta de um voto de louvor, requerendo ainda que se dê parte de tal, bem como do inteiro teor deste requerimento, aos dois excelentes funcionários, e às autoridades estaduais seguintes: o Senhor Governador do Estado; o Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil; o Senhor Secretário de Estado da Administração e o Senhor Diretor Geral da mesma Secretaria; o Senhor Secretário de Estado da Educação e o Senhor Diretor Geral da mesma Secretaria; a Senhora Secretária de Estado da Cultura e a Senhora Diretora Geral da mesma Secretaria, o Senhor Secretário de Estado da Justiça e Cidadania e o Senhor Diretor Geral da mesma Secretaria; a Senhora Diretora da Biblioteca Pública do Paraná.

REQUERIMENTO N° 453

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário Voto de Aplauso ao Rotary Club de Curitiba - 300 anos, pelo lançamento no próximo dia 02 de abril, do Projeto CPI do Amor, em benefício as crianças da Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O mundo moderno pelas circunstâncias exige na atualidade um aperfeiçoamento integral nos atendimentos aos menores e adolescentes, principalmente aqueles oriundos de famílias carentes que se não receberem um tratamento adequado enveredam pelos caminhos trágicos da criminalidade e prejudicam a sociedade tornando-se marginais, trazendo prejuízos no dia a dia a todos os

concidadãos.

Em momento oportuno, e com muita sensatez o Rotary Club de Curitiba - 300 anos, estará lançando no próximo dia 02 de abril, o seu Projeto C.P.I. do Amor, na presença do Doutor Emílio Garcia Mendes, representante da UNICEF no Brasil.

Essa iniciativa, cujo trabalho está sendo idealizado por Teresinha de Jesus Nacli, Presidente da "Avenida de Serviços à Comunidade" daquele Club de serviço contará com apoio integral de todas as camadas representativas da sociedade curitibana.

A garantia do êxito dessa promoção rotariana, está indubitavelmente pelo companheirismo rotariano, onde o Presidente Piero Maggiani tem se dedicado a causa, aliado a experiência e dedicação de Teresinha de Jesus Nacli, que leva como bagagem assistencialista a sua condição de Presidente da Fundação Museu do Futuro, e ainda seus conhecimentos de toda a área periférica de nossa Capital, onde seu prestígio e dedicação é conhecida da grande maioria da população.

Nesse sentido solicitamos que sejam endereçados correspondências enviando esse nosso Voto de Aplauso à:

Senhor Piero Maggiani, Presidente do Rotary Club de Curitiba 300 anos, aos cuidados da Sociedade Hípica Paranaense, na BR-116 KM 398 - Tarumã - CEP. 80011-970 - Curitiba.

Senhora Teresinha de Jesus Nacli, Presidente da Avenida de Serviços à Comunidade do Rotary Club de Curitiba 300 anos, a rua Reynaldo Machado, n° 657 - Nesta Capital, comunicando o fato e externando sucesso na iniciativa do próximo dia 02 de abril.

REQUERIMENTO N° 473

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário oficie-se às autoridades relacionadas, solicitando providências no sentido de que sejam construídas 6 (seis) salas de aula no município de Sarandi, mais precisamente anexo à Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, para que atendam à demanda escolar naquele município, conforme justificativa.

a) - Ao Governador do Estado do Paraná, Doutor Roberto Requião.

b) - Ao Secretário de Estado da Educação, Doutor Elias Abrahão.

c) - Ao Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Doutor Maurício Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

O município de Sarandi, possui mais de 70.000 habitantes, sendo que a Escola Estadual Antonio Francisco Lisboa, tem atualmente 4 (quatro), turmas de alunos com 4 (quatro) períodos de aulas diárias, atendendo o município de Sarandi, e distritos de São Luiz e Vale Azul.

Conforme informações prestadas pelo Núcleo de Ensino em Maringá, já havia a liberação para a construção de 6 (seis) salas de aula para a referida Escola, diante disso a Diretora da mesma recebeu matrículas baseado no aumento das novas salas de aula.

É necessário que a FUNDEPAR verifique as reais necessidades da escolarização de Sarandi, com relação à falta e reconstrução de novas salas de aula.

REQUERIMENTO N° 450

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Elias Abrahão, consubstanciado em solicitação para que propicie as condições que julgar necessárias, a fim de que todas as Escolas da Rede Pública Estadual mantenham "Gabinetes de Orientação Vocacional", com dossiê de cada aluno, visando orientá-los para exercerem uma profissão que esteja em acordo com suas habilidades técnicas e suas potencialidades vocacionais.

Esta tese foi elaborada pela Professora Deusdith Laval Malucelli, a qual solicitamos o envio de cópia do presente.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Professora Deusdith Laval Malucelli, elaboradora da tese que institui os "Gabinetes de Orientação Vocacional" em toda a Rede Pública de Ensino, tem vastíssimo conhecimento na Área da Educação. Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná, estudou, também, a Parapsicologia, Musicoterapia, Psicologia Geral e a Administração. Atuando profissionalmente, lecionou durante dois anos como professora de 1° grau, um ano como professora de excepcionais, dois anos como professora de piano, e vinte e nove anos como professora de Fundamentos da Educação (Filosofia, Sociologia, Administração e Higiene Mental). Trabalhou, ainda, dois anos como assessora de Formação Especial e vinte anos como colaboradora do Jornal Gazeta do Povo, concernentes a temas de Educação e Política. É autora do Teste de Aptidão do Magistério, aprovado por unanimidade em Simpósio Educacional, bem como autora de dois livros: O primeiro se intitula "Metas Psi-

cossociais na Educação", e o outro "Política = Ideal + Capacidade".

A idéia da criação dos "Gabinetes de Orientação Vocacional", adveio quando da elaboração do livro "Política = Ideal + Capacidade", tendo como objetivo o desenvolvimento de um profissional político, alicerçado na Habilitação Técnica e Potencialidade Vocacional; bem como promover o combate à evasão escolar, ao emprego, aos problemas financeiros, à insatisfação e angústia ao trabalho, ao desemprego, bem como à demanda exagerada de candidatos ao vestibular, dando, deste modo, maior ênfase aos cursos profissionalizantes.

REQUERIMENTO N° 451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a destinação de uma viatura marca Toyota cabine dupla, para prestar serviços de patrulhamento Rural no município de Colorado-Pr.

Tal solicitação se faz necessária, pois visa a prestação de um melhor atendimento à comunidade deste Município, no combate ao roubo de gados, tratores etc., nas propriedades rurais da região.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 454

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial desta Casa ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião, ao Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Senhor Adhail Sprenger Passos e ao Secretário de Estado da Saúde, Senhor Nizan Pereira Almeida, solicitando informações e providências urgentes sobre a situação em que atualmente se encontra o Hospital Universitário do Norte do Paraná, pela desativação de 55 leitos.

Sala das Sessões, em 24.03.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Algaci Túlio, Lourenço Fregoneze, Luiz Carlos Zuk, Colombino Grassano e Ovídio Constantino.

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente proposição solicitar providências urgentes, seguida de informações, sobre o Hospital Universitário do Norte do Paraná, na cidade de Londrina. Ocorre que ali 55 leitos foram desativados afetando seu funcionamento e causando transtornos à numerosa população que dele

necessita.

O Hospital Universitário é o único hospital público de grande porte daquela região. De acordo com dados de 1992, cerca de 79.000 pessoas foram atendidas no Pronto-Socorro, foram realizadas 90.000 consultas ambulatoriais e feitas 10.000 internações.

Para a região, o Hospital Universitário é estratégico e prioritário. E além da assistência à saúde, atua em ensino e pesquisa, constituindo-se em um excelente prestador de serviços.

Providenciar uma solução para o Hospital é urgente e necessário, tendo em vista também os benefícios que representa para a comunidade paranaense.

REQUERIMENTO N° 461

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar, a Sra. Nanci Martinez Chiamulera, residente na cidade de Nova Londrina, e a Vereadora Rosa Maria Chiamulera residente nesta capital, extensivo a todos os familiares, pelo falecimento de seu esposo e irmão, ocorrido nesta capital no último dia 20 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

Odorico José Chiamulera, nascido no dia 26 de maio de 1955, na cidade de Londrina, filho de Armando Valentin Chiamulera e Vitoria Chiamulera, casado com Nanci Martinez Chiamulera, pai de duas crianças, uma com 5 anos e outra com seis meses, era formado Engenheiro Agrônomo e Bacharel em Direito, exerceu a função de Assessor Jurídico do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP.

Como Engenheiro Agrônomo, foi pioneiro na implantação do sistema de irrigação na região Noroeste do Paraná, e desenvolveu projetos de Reflorestamento Ciliar ao longo das margens de rios daquela região, projeto este muito importante na preservação ecológica, da fauna e da flora.

Integrado no meio agrícola do município de Nova Londrina, fazia parte do Consórcio de Desenvolvimento para a Plantação e o Cultivo de Açúcar, colaborando ativamente na expansão da agropecuária em toda a região.

Nova Londrina, com a morte prematura de Odorico José Chiamulera, não perde apenas um grande profissional que desenvolvia o seu trabalho com amor e dedicação, mas perde sim, um grande amigo pois gozava do conceito e admiração de todos aqueles que rodeavam e o admiravam por sua formação familiar deixando um grande exemplo como

filho, esposo e pai.

Odorico José Chiamulera deixa o convívio de seus familiares, esposa, filhos e amigos, prematuramente aos 39 anos de idade incompletos, mas certamente permanecerá na memória de todos aqueles que o admiravam pela sua lealdade, pois em vida soube cultivar as amizades daqueles que o admiravam não somente como ser humano, mas acima de tudo como um profissional que deixa através de seus projetos executados e realizados, um grande bem em favor da ecologia e na preservação da fauna e da flora, mas acima de tudo, a preservação do meio ambiente, a maior necessidade para a sobrevivência do ser humano.

REQUERIMENTO N° 462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Senhor ELIAS ABRAÃO, solicitando empenho no sentido da implantação do ensino de 2° grau, na sede do município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Diz a Constituição Federal, em seu artigo 205 e reafirmado no artigo 177, da Constituição Estadual "A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Cruzeiro do Iguaçu, com 5.006 habitantes, possui cerca de 290 jovens que concluíram o 1° grau, sendo que, menos de 35% destes, obrigam-se a deslocar-se até a sede do município de Dois Vizinhos, distante 18 Km, para cursarem o 2° Grau. Portanto, sendo a Educação uma das prioridades do Governo, solicitamos seja implantado o 2° grau, na sede, proporcionando a estabilidade necessária a este novo Município.

REQUERIMENTO N° 465

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de materiais odontológicos para a municipalidade de Farol.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a municipalidade de Rio Azul.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender a toda a população, cuja consequência direta é a impossibilidade de fazê-lo, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de Saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do Município.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano no Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, com o objetivo de solicitar a implantação do Projeto Irmão Aprendiz, no município de Quinta do Sol.

Tal medida, visa a preparação e o encaminhamento profissional de adolescentes oriundos de famílias carentes, criando condições favoráveis para que o adolescente possa aprender a desenvolver algum tipo de atividade e iniciá-lo na vida profissional.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Afonso Júnior - Secretário de Estado do Esporte e Turismo, consubstanciado em solicitação, para que, determine sejam tomadas providências necessárias para viabilizar a inclusão do Distrito de Novo Sarandi município de Toledo, no pro-

jeto NOSSA QUADRA, com a construção imediata de uma quadra polivalente, coberta e iluminada.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um Distrito dos mais populosos do município de Toledo, com grande potencial econômico e que muito contribui com a economia e desenvolvimento do município e do Estado.

Possui um contingente elevado de estudantes e juventude, que clamam pela quadra esportiva, cujo benefício muito contribuirá para o desenvolvimento da prática do esporte e outras atividades das mais salutares para o jovem e população num todo.

REQUERIMENTO N° 472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. José Moacir Favetti - Secretário de Estado da Segurança Pública, consubstanciado em solicitação, para que, determine sejam tomadas providências imediatas para a reforma e ampliação do prédio da Delegacia de Polícia da cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

As atuais instalações da Delegacia de Polícia de Toledo, encontram-se em estado bastante precário. Necessitam-se providências urgentes para as reformas e ampliação do espaço físico. Toledo conta com uma população aproximada de 95.000 habitantes, destacando-se pelo constante crescimento e desenvolvimento econômico, pelo que se justifica a reivindicação da ampliação, mesmo porque, o prédio e instalação foram inauguradas em 1980.

REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Expediente ao Diretor Presidente do BANESTADO, Senhor HEITOR WALLACE DE MELLO E SILVA, solicitando seja implantada, com urgência, uma Agência do BANESTADO, no município de Cruzeiro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cruzeiro do Iguaçu tem como base de sustentação a atividade agrícola, caracterizada, quase que totalmente, pela predominância do pequeno agricultor, sendo que os mesmos, se encontram desprovidos de qualquer meio de condução pró-

pria, obrigando-se a deslocar-se até a sede do município de Dois Vizinhos, distância superior a 20 Km, quando da necessidade de qualquer atividade que dependa do Banco ou mesmo, para afetuarem o pagamento de impostos e taxas. Existem, na sede do município, dezenas de estabelecimentos comerciais, destacando-se entretanto, o entreposto da CAMDUL (Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense Ltda.). Na sede do novo Município não há nenhuma agência bancária, o que justifica a instalação de uma Agência do BANESTADO que, além de minimizar as inúmeras dificuldades daquela população, será fonte de arrecadação captando recursos em depósito e, sobretudo, prestará os serviços sociais que lhe é próprio.

REQUERIMENTO N° 463

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no inciso XI do art. 130, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUEREM informações sobre encaminhamento de providências quanto aos fatos apurados pela Comissão Especial constituída pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu através do relator, Deputado Mário Bezerra, "que as acusações formuladas na Representação de autoria do Deputado José Afonso Júnior restaram de certa forma provadas e as provas indiciárias apontam o Deputado José Arthur Ritti como envolvido no evento".

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO,

DR. ROSINHA e

ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

As informações supra requisitadas são de suma importância para atender aos reclamos do município de Santo Antônio da Platina, que através de seus representantes municipais, cobra uma definição desta Assembléia Legislativa sobre as conclusões e providências a respeito da matéria em questão. O Vereador platinense Sebastião Carlos Bianchi, por exemplo, lembra que desde a ida da Comissão Especial de Deputados aqueles municípios, para apuração das irregularidades, nada mais soube a respeito da atuação dos parlamentares do legislativo paranaense para desvendar o caso, com a consequente apuração das responsabilidades.

Salienta ainda que é uma questão de dignificação e moralização do Parlamento a continuidade desse trabalho que começou com a cassação do ex-Presidente Collor de Mello.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 001/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 047/90, de 03 de julho de 1990, em decorrência da Lei n° 9.958, de 27 de abril de 1.992 e da existência da Resolução n° 007/92, de 30 de março de 1992.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.92.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa legislativa visa tão somente adequar a matéria aos preceitos expressos na Lei n° 9.958, haja vista a existência de duas Resoluções (n°s 047/90 e 007/92) com o mesmo objeto, apenas distintas quanto as divisas do Município de Araucária, distinção esta sanada pela retro mencionada Lei Estadual (n° 9.958), por acordos entre as Câmaras Municipais envolvidas.

Faz-se mister salientar, que a presente proposição, também tem o cunho de normatizar a matéria de forma a atender aos mandamentos da Constituição do Estado do Paraná, expressos através do artigo 19, e seus Parágrafos, pois a Resolução a ser Revogada (047/90), trata da matéria de Transferência de Área Territorial, constante da Antiga Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná, Lei esta advinda de Complementarização a Constituição anterior, sendo que a Resolução 007/92, de 30 de março de 1992, trata da matéria de forma mais adequada, sob a denominação de "incorporação de parte de área territorial", conforme preceito da Constituição do Estado do Paraná, promulgada a 05 de outubro de 1989.

Sendo assim, sob a luz do Princípio da Legalidade, a bem da processualística legislativa, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, ao Projeto de Resolução que ora apresentamos, por se tratar de iniciativa justa e meritória.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 094/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Altera o § 1° do artigo 12 da lei n° 9887 de 27 de dezembro de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1° - Para efeitos deste artigo, aos docentes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Estado, aposentados

até a data de 31 de dezembro de 1993, serão assegurados com base no vencimento integral, os vencimentos do Nível IV de suas respectivas classes, considerada a correlação estabelecida no artigo 3º desta lei e correspondente ao regime de trabalho de 40 horas semanais, ficando vedado extrapolar o patamar máximo estabelecido nesta lei".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A alteração se faz necessária pois, em razão do conteúdo da lei nº 9887, onde, embora a intenção tenha sido de bem servir e beneficiar os Professores do Ensino Superior do Estado, marginalizou aqueles que permaneceram na ativa, mesmo com tempo de serviço para aposentadoria.

Isto posto, requer-se o auxílio dos Nobres Deputados, para que aprovem esta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 095/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila São José, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Fundada em fevereiro de 1981, a Associação dos Moradores e Amigos da Vila São José é uma entidade civil, de direito privado, com organização e funcionamento disciplinados em estatuto próprio registrado sob o nº 7832, no Livro A do Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos desta Capital.

Dentre as finalidades da referida entidade é importante destacar: congregar moradores e amigos da vila, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos; estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos integrantes da Associação, no sentido de desenvolver e melhorar as condições de vida dos mesmos e da localidade.

Nos seus doze anos de existência, a Associação tem desenvolvido trabalho sério na defesa dos interesses da comunidade que representa, sendo responsável por importantes conquistas para a região.

Como poderá ser verificado pelos documentos apensos, a Associação dos Moradores e Amigos da Vila São José atende completamente aos requisitos legais para declaração de utilidade pública. Vale, ainda, destacar o mérito da entidade para conquista desse reconhecimento, tendo em vista o trabalho concreto que desenvolve em favor da população da Vila São José, nesta cidade de Curitiba.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 096/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Diamante do Sul a Motoniveladora código 3MN 241 - Huber Warco, ano 1974, de propriedade do DER/PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Emilia Belinati, Algaci Túlio e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

É sabido que os novos municípios recém-instalados, passam por uma série de dificuldades estruturais, principalmente no que se refere a maquinários, que pelo preço atual, torna-se impossível a aquisição.

A máquina em questão já se encontra prestando serviços ao novo município de Diamante do Sul desde o final de ano de 1992, assim, nada mais justo que se confirme a sua permanência definitiva naquela municipalidade, com a doação por parte do Executivo desse equipamento que por certo trará inúmeros benefícios à população local.

PROJETO DE LEI Nº 098/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Diamante do Sul a Motoniveladora código 3MN 241 Huber Warco, ano 1974, de propriedade do DER/PR.

Parágrafo Único - O bem móvel objeto desta doação fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, passando a fazer parte do patrimônio do referido município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.93.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoiamento: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Colombino Grassano, Emilia Belinati e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

É sabido que os novos municípios recém-instalados, passam por uma série de dificuldades estruturais, principalmente no que se refere a maquinários, que pelo preço atual, torna-se impossível a aquisição.

A máquina em questão já se encontra prestando serviços ao município de Diamante do Sul desde o final do ano de 1992. Assim, nada mais justo que se confirme a sua permanência definitiva naquela municipalidade, com a doação por parte do Executivo desse equipamento que por certo trará inúmeros benefícios à população local.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está aberta a presente Sessão, agradecendo a participação da Orquestra Sinfônica do Paraná em nossa Sessão Legislativa de hoje.

Lida e aprovada a Ata.

Não há Expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, músicos da Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná.

Hoje a Assembléia Legislativa ouviu o Hino Nacional, executado pela Orquestra Sinfônica, que na sua grande maioria das vezes, aqui quando é executado o Hino Nacional, é pela Banda da Polícia Militar.

Existe algo em comum além da música executada. O comum que existe é o achatamento salarial, o desrespeito do Senhor Governador, seja para o servidor público civil ou seja militar.

Há cerca de 15 dias atrás estive no Teatro Guaíra. Reuni-me com funcionários, reuni-me com alunos da Escola de Teatro e o que se nota é a mesma reclamação, a mesma queixa: o descaso do Senhor Governador em relação à arte e à cultura paranaenses, o desrespeito aos profissionais que hoje trabalham no Teatro Guaíra, não importa em que área de trabalho. A não contratação de professores para a Escola de Teatro e diz o Diretor daquela entidade que a não contratação se dá por causa da Assembléia Legislativa que não aprova o concurso público. Isso é mentira, porque aqui não deu entrada nenhum pedido de concurso público para contratação seja de qual for o profissional para o Teatro Guaíra e que se entrar e ele desejar e a Bancada Governista quiser, será aprovada em regime de urgência de, no máximo 48 horas, com nenhum Deputado se posicionando contrário. Faz-se

um discurso lá, porque se desconhece a prática daqui. Aqui não entrou nada, absolutamente nada no que diz respeito à política cultural, à política dos servidores públicos e à política de estrutura do Teatro Guaíra e do uso daquele espaço cultural, porque se aqui chegar, será discutido e será aprovado.

Hoje a Orquestra Sinfônica do Paraná deu um exemplo civilizado de como se encontra a situação deles, a situação de descaso que não é recebida por ninguém para conversar e para resolver os seus problemas. Alega-se falta de orçamento, falta de dinheiro, mas não falta de dinheiro para manobrar e mudar de cargo o diretor Oswaldo Loureiro, aumentando o seu rendimento e para pagar o hotel em que ele está hospedado.

Para isso não falta dinheiro! Falta dinheiro para contratação dos profissionais que se fazem necessários. Esperamos que o protesto feito aqui hoje, pelos músicos da orquestra, seja ouvido pela Bancada governista e que não façam ouvidos moucos de mais um protesto entre tantos outros que têm ocorrido, porque senão, até o final desse mandato, saúde, educação, cultura e tudo o mais estará destruído e em pior situação e de sucateamento do que foi encontrado pelo atual administrador em relação ao governo anterior de Álvaro Dias.

Esperamos que o ouvido não seja mouco e que a boca funcione, levando essa reivindicação junto ao Governador, e cabe, principalmente à Bancada governista.

É essa a posição do Partido dos Trabalhadores.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Bancada do PDT se associa também neste momento, ao pronunciamento do Deputado Doutor Rosinha.

Nós, desde o momento em que se ventilo a indicação do Senhor Loureiro, do Rio de Janeiro, para vir dirigir a Fundação Teatro Guaíra, nos manifestamos contrários, porque sabíamos que com isto haveria uma série de problemas e até discriminação para com o artista local. E aí está a prova disto, o que está acontecendo com a nossa Orquestra.

Por isto, a Bancada do PDT também se associa neste momento, e tem a Orquestra a nossa solidariedade.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Realmente, neste Estado, as coisas acontecem e, às vezes, deixam-me estarelecido.

Ontem, por infelicidade, trocando o canal de televisão, deparei com o Senhor Jayme Paciornick, Presidente-Diretor do IPE, não sei o quê, atacando violentamente os Deputados Estaduais do Paraná. E quando lhe foi feita uma pergunta sobre como os Deputados se aposentam depois de 8 anos de trabalho, ele respondeu: "Os Deputados sempre têm dois pesos e duas medidas: a medida do ouro para eles; e a medida do pó para o povo". Uma mentira violenta que atacou a instituição, a Assembléia Legislativa. Mal sabe o Senhor Jayme Paciornick que esta Assembléia não recebe aposentadoria após 8 anos. Que estes Deputados que aqui estão não têm direito a aposentadoria alguma. Ele generalizou e debochou da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Só que ele esqueceu de dizer ao Paraná que ele não cumpre leis. Que ele, representante do IPE, também não resolveu nada para o IPE. O IPE tem comido o dinheiro dos funcionários públicos e não tem feito nada em troca.

Infelizmente, e hoje entendo a exposição do Deputado Nilton Barbosa, quando daquela tribuna se queixava de alguns Secretários de Estado.

Lamento que um simples terceiro escalão venha denegrir a imagem do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Vamos acabar com isto, Senhores Deputados! Isto não pode acontecer mais. Uma simples pessoa, que não tem capacidade, exercer o cargo que está exercendo, vir denegrir a nossa imagem.

Ele dizia também que os Deputados têm estas vantagens, porque eles é que fazem as leis.

E agora há pouco vimos aqui o Deputado Doutor Rosinha incansável batalhador das causas do Funcionalismo Público deste Estado, o Deputado Algaci Túlio, todos os Deputados do Bloco Independente, Deputado Bona Turra, lutando pelos salários dos Servidores da Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná. E simplesmente vem um diretor do IPE, que generaliza, e acaba denegrindo a nossa imagem.

Não bastasse isto, Senhores Deputados, existem coisas que me deixam perplexo, de cabelo em pé. Ontem, o Governador do Estado, nomeou para Diretor do Porto de Antonina, o Senhor Leopoldino de Abreu. Ex-Prefeito de Antonina. Corrupto. Teve suas contas reprovadas em 1989 pelo Tribunal de Contas. Teve direito de revista, e também foi reprovada. Teve as contas reprovadas em 1990. Está sendo encaminhada a conta de 1991, que também será reprovada pelo Tribunal de Contas.

E é este o Governo transparente que

nós queremos, quando vim aqui, inúmeras vezes, que no Governo do Estado do Paraná o Governador precisava de colaboradores e não de admiradores, parecer que nada disto adiantou. Os admiradores conseguem os cargos. E os colaboradores merecem a porta da rua.

É isto o que está acontecendo neste Estado. Infelizmente, o Governador nomeia uma pessoa que teve as contas reprovadas por três anos consecutivos: Diretor do Porto de Antonina. Eu não sei! Ou este ex-Prefeito sabe muito ou alguma coisa está errada, neste Estado.

Eu encerro com uma célebre frase do jornalista Boris Casoy: "Isto aqui está uma vergonha!".

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A cultura faz parte de qualquer povo deste universo. Não é a comunidade paranaense, mas principalmente a curitibana, mas a nossa, também, nós que tivemos a experiência de administrar uma grande cidade, que foi a Cidade de Ponta Grossa, nós também tivemos, durante o exercício daquele nosso mandato como Prefeito, a dificuldade pela qual encontramos a cultura pontagrossense desassistida.

E, para orgulho nosso, temos uma das melhores e mais qualificadas orquestras sinfônicas do interior do Brasil, que é a nossa Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa.

Chegamos à Prefeitura e lá se encontrava a cultura da Orquestra, fazendo plantações de trigo, fazendo plantações de milho, para sua sobrevivência, para conseguir alguma coisa para continuidade daquela vida que, realmente, já faz parte da história pontagrossense, paranaense e brasileira.

Demos à nossa cultura pontagrossense a nossa participação. E, hoje, aqui viemos, nesta Casa, que esta família cultural, que faz parte de nós, também, tenho a certeza, a Orquestra Sinfônica de Curitiba, não só o PT e nem nós, do PDT, todos os Senhores Deputados, unanimemente, encontram-se as portas abertas dos seus gabinetes para qualquer reivindicação justa, de encontro à cultura deste nosso Paraná!

A vergonha da cultura não é só em solo paranaense. Ontem, uma das maiores expressões nacionais do teatro, Paulo Autran, dizia que o Brasil, realmente, nos últimos anos e nos últimos governos, nada fez pela cultura deste País. Ao inverso, está enterrando a tradição que o Brasil possui, na cultura, em parte deste nosso continente. O Brasil, por ser o celeiro, não só do

teatro e nem só da música e nem de outros segmentos da cultura, não tem amparo algum do Governo Federal.

Nós vimos aqui a Orquestra Sinfônica, que esteve recentemente. Uma das maiores autoridades desta Nação na área educacional. Destinou 800 bilhões de cruzeiros ao nosso Estado. Poderíamos nos associarmos a todos, unanimemente, nesta Casa, e fazer valer, através dos nossos representantes na Câmara Alta deste País, que realmente o Paraná, não só quer socorrer a Orquestra Sinfônica desta Curitiba, nem as outras do interior. Mas o Paraná quer socorrer a cultura pobre, de chapéu na mão, mendigando para tentar sobreviver. E aí estão os artistas nacionais, mendigando esta cultura!

Não são só os Senhores! É a família brasileira que está, realmente, de arrasto, por este Governo que nada tem e nada faz pela cultura do Brasil.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente ainda, com a palavra o nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É sempre gratificante constatar que uma boa causa foi vencedora. Depois de um longo silêncio, voltamos hoje à esta tribuna para falar do BRDE, nosso Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. Todos lembramos que, em 31 de janeiro de 1992, após quase três anos de paralisação, ele retomou suas atividades. Naquela data, o Banco Central considerou a nossa Instituição de Fomento totalmente em condições de retomar suas atividades, uma vez que haviam sido equacionadas todas as pendências e dúvidas que levaram o Banco à liquidação extrajudicial, em 07 de março de 1989 e mais ao período da Administração Especial, em 14 de março de 1990.

E o BRDE voltou com toda a vontade, com toda a garra de quem já esqueceu as dificuldades e dissabores dos quase três anos de inatividade, mas que pode, e deve, recuperar o tempo que se perdeu. Para isso é que todos trabalham.

A história destes últimos 12 meses provou quão acertada foi a decisão de reativar o Banco. Os Executivos dos Três Estados, após muitas dúvidas e análises, acabaram por tomar a decisão mais coerente. E esta Assembléia Legislativa tem sobrejos motivos para orgulhar-se como parte ativa nesta decisão, pois aqui é que começou o processo de discussão e esclarecimentos. O primeiro passo foi o Encontro de Parlamentares das três Assembléias, realizado em Florianópolis, mas engendrado aqui

e do qual participamos em companhia de outros Deputados desta Casa, dentre eles hoje o Prefeito de Campo Mourão, depois foi a Comissão Especial Interpartidária, para estudar o Sistema Financeiro Oficial do nosso Estado, essa Comissão, da qual também fizemos parte, foi, sem dúvida, de capital importância, pois patenteou o equívoco que seria o fechamento do BRDE, que passava, naquele momento, por uma fase difícil, mas em consequência de mal entendidos, do que de realidades negativas.

Houve discussões acirradas nesta Assembléia, e, no final, tudo ficou claro.

Toda essa batalha pela reabertura do Banco em que nos empenhamos a fundo, desde outubro de 1989 até 31 de janeiro de 1992, está registrada nos Anais da Casa e é um registro do orgulho daqueles que, tendo uma visão moderna da realidade, vêem na agregação política uma necessidade e uma condição indispensável na busca do desenvolvimento regional.

Ninguém pode mais, hoje, viver confinado dentro dos limites e suas fronteiras é necessário buscar alternativas para a solução de problemas comuns junto aos demais parceiros. Para isso, é necessário que exista um fórum único.

Pois bem, o BRDE não empolga apenas a nós. O Mato Grosso do Sul, cujas características o identificam aos três Estados do Extremo Sul, já integra o CODESUL e, em consequência, o BRDE. Isto patenteia que ele também entende que é papel do Estado promover ações que suscitem o desenvolvimento. Sem apadrinhamento e sem paternalismos, o Estado, como bem diz o Presidente do BRDE, Dr. José Paulo Dornelles Carli, tem seus espaços de atuação. São palavras textuais: "A redefinição do papel do Estado como norteador do desenvolvimento sócio-econômico, com sua gradual retirada dos setores produtores de bens e insumos básicos; a responsabilidade de todos para com os danos causados ao meio ambiente por processos de produção inadequados aos propósitos do crescimento sustentado; a distribuição espacial da produção e a redução dos ainda enormes desníveis inter e intra-regionais de renda e bem-estar, justificam, plenamente, a atuação de bancos de fomento."

Para bem desempenhar seu papel neste contexto, o BRDE não pode, e não deve, ficar alheio a mudanças. Pelo contrário, ele precisa modernizar-se e apresentar e executar uma nova forma de atuação. O objetivo ainda é o mesmo, mas as estratégias devem adequar-se à nova realidade. Os Atos Constitutivos propostos e discutidos pelo CODESUL, em Campo Grande, têm esse escopo. Eles foram amplamente debatidos também nas Assembléias Legislativas. Cabe a nós, pois, uma importante parcela de

responsabilidade nesta prospeção da vida do BRDE. Assim como participamos, hoje, da glória pelo ressurgimento do Banco, o futuro poderá cobrar-nos uma parcela da culpa se o BRDE não estivesse devidamente equipado para desempenhar a sua tarefa. A nossa colaboração deverá ser sempre com vistas a fazer dele uma instituição forte, dinâmica, eficiente e isenta, para que possa trabalhar independentemente de quem esteja à frente do poder. O bem-estar da comunidade não pode ficar à mercê de atitudes intempestivas de quem quer que seja. Já afirmamos e reiteramos que vivemos hoje tempos novos. A realidade do Brasil, no contexto sul-americano, já incorporou definitivamente o MERCOSUL e chama o BRDE a participar dessa integração. A entrada do Estado do Mato Grosso do Sul no CODESUL prova cabalmente que a busca da unidade começou internamente. Dentro deste contexto, o BRDE passa a ser o BRDI-BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO. Juntos, os quatro estados partem para atuarem no MERCOSUL com apoio financeiro de uma instituição forte e com objetivos sociais muito claros.

Os objetivos sociais do BRDI já estão propostos e bem definidos, a força, ele a buscará capitalizando-se e mantendo sua máquina sempre enxuta e eficiente. De imediato, a busca de novas fontes de recursos, a recuperação de créditos e a aplicação constituem as maiores preocupações do Presidente do BRDI, o empresário Dr. José Paulo Dornelles Cairoli, que chegou ao Banco imbuido do firme propósito de recuperá-lo, para o que cercou-se de uma equipe de alto nível, de já comprovadas capacidades e probidade, como os paranaenses Dr. Paulo Ricardo dos Santos e Dr. Rubens Evangelista de Macedo, que fazem parte da Diretoria do Banco.

Todos têm em mente que é urgente o BRDI destinar recursos para as empresas cujos setores careçam de um apoio maior para iniciar o seu grande salto para o desenvolvimento. Os riscos, que sempre existem, ficam por conta do próprio objetivo social do Banco. Por isso, esse afã na busca de fontes alternativas, sejam elas internas ou externas.

Com um Patrimônio Líquido de US\$ 215,1 milhões (duzentos e quinze milhões e cem mil dólares) no final de 92, o BRDI poderá ter um volume de aplicações de US\$ 3.226,5 milhões (três bilhões, duzentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil dólares).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais do que nunca o BRDI é uma grande realidade. Vamos continuar batalhando para que ele tenha cada vez mais condições de desempenhar o seu papel social. Temos a certeza de que os 600 funcionários, que

hoje integram o quadro funcional nos diversos estados, darão todo o suporte técnico, da forma como sempre fizeram. A nós caberá o respaldo político. Não iremos decepcionar.

Senhor Presidente, só para concluir, quero neste momento aqui, porque acho que esta Assembléia, já disse, teve um papel fundamental na decisão da permanência do BRDE hoje no seu crescimento. Quero aqui neste momento homenagear três pessoas que fizeram dos corredores desta Casa o caminho diário, o assessoramento a nós, Parlamentares em nossas idas às Comissões em Florianópolis, Brasília, e por onde andamos na busca de esclarecimento do BRDE, são eles: João Brunieri, a Lindamir Quech e Odilon Bremer; companheiros que aqui estiveram no dia a dia lutando pela permanência no BRDE, muito embora os seus direitos funcionais estivessem assegurados com o banco funcionando ou não. Mas acima de tudo prevaleceu o amor pela instituição e aí está o resultado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Requeremos através de fax informação a respeito da ação direta de inconstitucionalidade 175, dígito 2, encaminhado ainda no Governo Álvaro Dias, relativo ao artigo 34, Inciso 18, "a", da Constituição do Estado do Paraná, que concede ao funcionário público do Estado, em especial ao professor e indistintamente a todos, obviamente, a questão da licença especial e da transformação em acervo e mais a transformação do tempo de serviço para acervo em espécie, conforme estabelece a Constituição do Estado do Paraná.

Requeríamos a informação e solicitávamos que obtivéssemos, o mais rápido possível, uma posição a respeito de como se encontra a ação, se teria sido julgada ou não, e o que poderia ser feito para que pudéssemos agilizar este processo, visto que em 1989 Sua Excelência na época o Governador do Estado Álvaro Dias pedia a inconstitucionalidade deste artigo da Constituição do Estado do Paraná.

Para nossa surpresa, e também creio como grande benefício aos funcionários públicos do Estado do Paraná, o Supremo Tribunal Federal julgou no último dia 18 de março, quinta-feira, esta ação direta de constitucionalidade e estabeleceu a seguinte sentença:

"A sentença declarou constitucional a conversão de licença especial e a conversão em acervo, por entender que prevalece

a norma infraconstitucional recebida pelo ordenamento, ou seja, tem a sua legalidade fundada no Estatuto dos Funcionários Civis do Estado do Paraná, Lei 6174 de 70."

"O Supremo Tribunal Federal julgou na mesma ação direta de constitucionalidade que a conversão da licença prêmio em dinheiro é inconstitucional, suspendendo o vigor do texto do Inciso 18, mas mantendo o vigor das alíneas "a" e "b" do artigo 34."

"O Supremo Tribunal Federal julgou também pela constitucionalidade do artigo 27, Inciso 7º da Constituição do Estado, que obriga o Estado a pagar os vencimentos dos servidores até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os valores em caso de atraso."

Creio que este é um assunto de interesse de todos nós, Deputados desta Casa, que nos diferentes transcurso das suas viagens aos diferentes cantos do Estado do Paraná são questionados a respeito do que estamos fazendo em relação que já perdurava e que trazia um sério prejuízo aos servidores públicos do Estado do Paraná e porque não ressaltar aqui em especial ao magistério. Eu creio que o Supremo Tribunal reconheceu aquilo que nada mais é da justiça a esses servidores que tinham esses direitos garantidos já há um longo tempo, mas que estão com alguns milhares de processos amarrados devido a essa situação que não chegava a desenrolar a nível do Supremo Tribunal Federal.

Está aí, portanto, registrado a todos nós desta Casa e cremos que dentro de poucos dias nós veremos publicar no Diário Oficial da Justiça, no Diário Oficial da União esse acórdão, essa decisão que ao nosso ver dá mais uma demonstração de que os servidores públicos do Estado do Paraná venceram pela sua luta, venceram pela sua garra, e conquistaram e mantiveram esse direito que nada mais é do que justo a um trabalho prestado e a uma questão anteriormente garantida que o Governo Álvaro Dias tentou tirar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso a Tribuna na tarde de hoje para cumprimentar o Governo do Estado do Paraná pela ordem de serviço que deu em algumas obras de fundamental importância para a região metropolitana de Curitiba. Obras essas já planejadas e algumas iniciadas no Governo Álvaro Dias e na época de nosso Secretário Heinz.

Está de parabéns o Governo do Estado porque vai facilitar a vida dos curitiba-

nos e vai facilitar a vida daqueles que vêm da 277 com destino à São Paulo, e vai facilitar a vida também daqueles que moram no Município de Piraquara, Pinhais, Maria Antonieta com o asfalto da Afonso Camargo. Portanto, a região metropolitana está em festa por ter recebido da parte do Governo do Estado a liberação destas obras tão importantes. Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vive o Paraná, também, um grande problema na área da segurança pública, e é oportuno que se fale aqui e que se grite na Assembléia Legislativa a importância, a necessidade de maior investimento na área da segurança pública. Precisamos com urgência que o Governo do Estado admita agentes para a Polícia Civil e para Polícia Militar. Precisamos que o Governo do Estado invista em equipamentos para a segurança pública.

Vejo aqui uma reportagem feita pelo Jornal O Estado do Paraná, onde diz: Segurança é precária em todo Estado. Vejo aqui em manchete: "Região metropolitana de Curitiba vive com insegurança, Pato Branco, idem. Falta combustível para atender as queixas. O extremo Oeste reclama a questão de segurança. Fuga de presos no Oeste. Delegacia não possui sequer um telefone. Veículos sucateadas".

Enfim, não é preciso ler essas reportagens. Nós que convivemos com administrações municipais de alguns municípios do Estado do Paraná conhecemos a situação de perto. Há municípios que têm, como ontem, estivemos numa reunião com o Secretário Tavares no Município de Piraquara, Secretário de Justiça, e o Delegado colocou o estado caótico que vive o município, são apenas três policiais para atender a Delegacia, para fazer a ronda e para atender os chamados de emergência. Portanto é desnecessário discorrer esse assunto, apenas é preciso pedir que o Governo do Estado invista na Segurança Pública e pedir também que nomeie os agentes já concursados em concurso homologado de 1992. Já que falta agentes de polícia, não há por que retardar a nomeação de um concurso já realizado há algum tempo.

Senhores Deputados, a Segurança Pública do nosso Estado carece de investimento. Precisamos pedir para que o Governo do Estado se sensibilize com esta questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrando o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Severino Félix. (Declina)

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente. Eu estou inscrito no livro. Não fazendo uso o Deputado Severino

Félix da palavra, eu gostaria de requerer no Grande Expediente.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem. (Assentimento)

Então, eu quero requerer a Vossa Excelência que chame pela ordem, já que o ilustre Deputado declina. Então, eu gostaria que chamasse pela ordem inscrita no livro por uma questão de isonomia com os demais parlamentares. Aqueles que declinarem que sejam retirados do livro, obviamente, da ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Pela ordem: Deputado João Preis, Dirceu Manfrinato, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, João Iensen, Luiz Carlos Martins, Djalma de Almeida César. Com a palavra o Ilustre Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É com alegria que ocupo a Tribuna nesta tarde para, em nome de Ponta Grossa e da região de Campos Gerais, agradecer pela assinatura da ordem de serviço, em cerimônia realizada semana passada, quando, presente na Princesa dos Campos, o Senhor Governador Roberto Requião determinou o início de uma importante obra, uma obra importante e fundamental até, uma obra que vai dar condições para que mais de quinze mil viaturas diariamente possam encontrar condições de tráfego no cruzamento bairro-centro, sentido Curitiba, Castro-São Paulo, por consequência, assim por diante.

Faço referência àquilo que nós denominamos de Trevo do Posto Presidente. Uma obra gigantesca cujo valor inicial está alçado em torno de quatro milhões a quatro milhões e duzentos mil dólares.

Todos os Senhores Deputados do Oeste, Sudoeste, Noroeste, do Norte do Paraná, do Norte Pioneiro, do Norte Antigo, e mesmo aqueles como é o caso do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, são usuários dessa obra que futuramente, dentro de 500 dias, aproximadamente, Deputado Heinz esta obra se tornará realidade.

É uma reivindicação antiga e nós já há alguns anos e aqui invoco o testemunho do nosso Presidente Deputado Heinz, por esta obra tão importante, reivindicada já há alguns anos, desde os tempos do Governo José Richa. Na sequência ainda no Governo de Álvaro Dias, volta e meia nós comparecíamos a Secretaria dos Transportes para solicitar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, na condição de Secretário dos Transportes para que tornasse realidade este sonho antigo de Ponta Grossa, dos Campos Gerais e porque não dizer de todo Estado do Paraná.

Portanto, eu quero deixar registrado

nesta tarde os cumprimentos deste parlamentar, por este prêmio, por este presente que o nosso Governo do Estado está a oferecer a Ponta Grossa e também ao Estado do Paraná.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Djalma de Almeida César, ilustre representante da grande Cidade de Ponta Grossa nesta Casa, juntamente com outros parlamentares e traz Vossa Excelência ao conhecimento desta Casa e do povo do Paraná mais esta obra que o Governo do Estado, o Governo Requião deu para Ponta Grossa, além de ter dado a outras, lembro-me quando Vossa Excelência era o Secretário do Trabalho e da Ação Social conseguiu levar para Ponta Grossa uma importante escola - Escola do Trabalho.

Este contorno vai realmente melhorar e muito o tráfego de todo Norte, Oeste do Paraná que demanda a esta Capital do Estado. É mais uma das obras importantes e das obras estratégicas que o Governo realiza neste Paraná e agora no setor rodoviário.

Ainda Vossa Excelência esteve junto conosco ontem no Palácio, quando o Governador assinou ali a ordem de serviço do Contorno Norte de Curitiba, uma obra rodoviária também gigantesca.

Vossa Excelência lembrou que o tráfego ali nesta região de Ponta Grossa será beneficiado com esta obra rodoviária é de mais de 15.000 veículos por dia. Então vejo que Vossa Excelência traz aqui ao conhecimento da Casa uma obra que demonstra a grande sensibilidade política do Governador Roberto Requião e me lembra aqui o Deputado Eurides Moura, que brevemente nós deveremos ter anunciado também o Contorno de Rolândia, como também o Deputado Domingos Carvalho pleiteou e já está levando para Cidade de Castro alguns trevos rodoviários para melhorar o tráfego naquela região.

Além disso o Governo já lançou a todo Paraná e já anunciou pela televisão e expediu os editais para o recapamento de uma rede rodoviária em todo Estado do Paraná, com recursos do Banco Mundial da ordem de 170 milhões de dólares.

Por isso nobre Deputado Djalma de Almeida César, cumprimento Vossa Excelência por este oportuno pronunciamento no Grande Expediente na tarde de hoje. Muito obrigado.

Prosseguindo, Senhor Presidente, Senhores Deputados é lógico que todos nós somos porta-vozes das reivindicações dos reclamos e até dos protestos da nossa população, como aconteceu agora há questão de minutos, na outra tribuna, o nobre Deputado Fregonese se manifestou, repudiando até a participação do Diretor Superinten-

dente do IPE, mas tem hora que também nós temos que agradecer ao Governo que é o Governo de todos os paranaenses.

Além dessa obra gigantesca, Deputado Trevisan, a ser viabilizada em Ponta Grossa, além da assinatura da Ordem de Serviço, em cerimônia realizada ontem no Palácio Iguazu do Contorno Norte aqui da capital, nós temos que destacar também, Senhor Presidente, a boa vontade do nosso Governador em construir algumas centenas de casas populares através da COHAPAR, casas essas de até 52 metros quadrados, a preço, a prestação mensal que não vai ultrapassar nunca a 20% do salário mínimo, na presença do Deputado Luiz Carlos Zuk, do Deputado Plauto Miró Guimarães, na presença de autoridades outras de Ponta Grossa, na mesma cerimônia realizada na Princesa dos Campos, de público o Senhor Governador autorizou de imediato a construção de 400 casas populares, através de projeto já elaborado pela Secretaria Especial da Habitação.

E uma obra importante, que vai avante também e será viabilizada em Ponta Grossa é a construção da Escola Integral. Escola esta que terá por objetivo maior o atendimento à criança e ao adolescente desamparados, principalmente para que nós possamos num futuro bastante breve darmos condições para que possamos retirar das ruas aquelas crianças, aqueles adolescentes que perambulam pelas artérias principais de Ponta Grossa. Esta Escola Integral orçada em torno de 800 mil dólares vai dar condições para que os segmentos organizados da sociedade pontagrossense possam dar um final à problemática que nos preocupa tanto que é a problemática do menino de rua.

Em agosto de 1991, ainda quando Secretário da área social do Governo do Paraná, nós tivemos a felicidade de realizar um Congresso, Congresso Estadual denominado: "Menino de Rua - Inocente ou culpado?"

E naquele conclave nós contamos com a participação das mais altas autoridades nesse assunto, do Paraná e do Brasil.

Naquela ocasião Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná prometera, dentro do possível, a construção dessa Escola Integral, onde a criança será recebida às 7 horas da manhã, será alimentado com café bastante farto; em seguida essa criança frequentará o curso de 1.^a a 4.^a série do 1.^o grau, almoçará no próprio local e em seguida frequentará as Oficinas Profissionalizantes e por volta das 16 horas, diariamente, essas crianças, esses adolescentes, além do atendimento médico-odontológico, terão também momentos de lazer, de alegria, de promoção humana, um pouco de cristandade, inclusive praticando esta ou aquela modalidade de esportes.

O SR. PAULO MAIA - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte, Deputado Djalma.

De fato ontem, como a gente tem feito algumas críticas, nós sabemos também reconhecer os grandes fatos do Estado do Paraná. Eu acho que nós temos adotado aqui a prática não na oposição sectária, mas de uma oposição inteligente, mas criticando aquilo que merece ser criticado e nós destacávamos ontem, o trabalho atuante, brilhante do nosso ex-companheiro de Assembleia, com um trabalho magnífico, que é o nosso companheiro, hoje Secretário da Justiça, Tavares, que está desenvolvendo um trabalho excepcional quando pretende estimular investimento para viabilizar o COMEN e os COMEN's que são os Conselhos Estadual e Municipal de Entorpecentes, trabalho brilhante e isso nós pudemos presenciar no sábado na Cidade de Faxinal e ontem nós registramos nesta Casa.

Destaco que o Governo do Estado, quando reconhece (não digo que ele deu, acho que o governo não está dando, o governo está reconhecendo) e aplicando como de fato deve ser aplicado, o dinheiro do povo do Paraná. Digo que esse trevo, naquele cruzamento complicado e sou um frequentador daquele cruzamento, acho que isso se deu graças aos esforços de Vossa Excelência, do companheiro Luiz Carlos Zuk, dos companheiros Deputados Plauto e Dalton Machuca. Creio que Ponta Grossa é um dos Municípios com uma grande representação nesta Casa e nós ficamos felizes quando vemos retornar a Ponta Grossa aquilo que o povo tem como direito, como é o caso desse trevo que não é fundamental, como Vossa Excelência bem disse. Não é importante apenas para o povo de Ponta Grossa, mas é importante para o povo de todo o Estado que em sua maioria, transita por aquele trecho perigoso das nossas rodovias e complicando obviamente a situação do trânsito do Município de Ponta Grossa, trazendo consequências desagradáveis.

Creio que o direito do povo pontagrossense está sendo reconhecido através da atuação de Vossa Excelências e quando o Governo do Estado devolve a Ponta Grossa, em obras, parte daquilo que ele arrecada daquele povo e também do povo do Paraná.

Outra questão que é de se enaltecer e gostaríamos de ver todo o Paraná contemplado com esta realização através da SOMA, onde através da atuação de Vossas Excelências conseguiu-se uma verba significativa para efetivar um trabalho que vai representar uma atenção muito grande ao problema social da criança do Município de Ponta Grossa. É o retorno do dinheiro público ao povo que paga os seus impostos.

Temos que destacar as grandiosidades

e realizações, como essa que Vossa Excelência está citando e esperamos que o Paraná todo possa ser contemplado, porque nós estamos assistindo e temos que registrar nesta Casa, que algumas regiões do Paraná estão sendo prejudicadas, alguns Municípios do Paraná estão sendo discriminados.

Nós não podemos deixar de registrar, porque nós estamos vendo isso em alguns municípios que a gente tem representação. Então eu creio que também esses municípios pagam impostos e lamentavelmente - não digo por causa do Governador - mas lamentavelmente às vezes por questiúnculas regionais, acabam complicando a vida de todos os municípios. Então isso é ruim. Eu vejo que a intenção do Governo do Estado está acima dessas picuinhas regionais, mas essas picuinhas locais acabam prejudicando a imagem como um todo, de um governo que pretende realizar obras como está fazendo a nível do município de Vossas Excelências. Eu creio que nós temos que destacar esses fatos.

Outro fato - que eu não quero denunciar quero apenas registrar, é uma preocupação. Eu não recebi nenhuma denúncia, mas é uma preocupação que nós estamos tendo e eu creio que uma resposta que os municípios do Paraná também devem ter, porque quando você conversa com um prefeito aqui, outro acolá, a alegação vem de que a gestão passada gastou tanto, inviabilizou a construção dessas moradias. A questão da casa, das casas populares, é o caso das famílias. Então estamos passando por alguns conjuntos no Paraná e estamos vendo o matagal tomando conta.

Eu acho que isto é ruim, porque é um investimento do dinheiro do povo e não se justifica que tenha desviado. É o dinheiro do povo e temos que dar uma explicação. Hoje registro aqui com certa preocupação porque observamos isto em diferentes cantos. Eu acho que foge muito a seriedade, e que também destaco, do Secretário Romanelli, da Habitação. Destaco-o como um Secretário sério e que tem prestado uma deferência a nós nesta Casa. Temos que enaltecer.

Então, creio que estas questões - o povo em sua maioria - não está sabendo o que está se passando. As questiúnculas, a nível local, às vezes impede que estas realizações aconteçam.

Então queremos deixar aqui registrada a nossa preocupação. E com certeza o Governo do Estado não pode também ser visto como alguém que está impedindo a realização de obras. Registre-se que muitas vezes são problemas pessoais, internos, de alguns municípios que impedem esta realização.

Somo-me ao registro de Vossa Excelên-

cia esperando que o Paraná, em todos os municípios, seja transformado em um cantinho de obras.

Parabenizo Vossa Excelência pelo seu pronunciamento, bem como os Deputados por Ponta Grossa, que já nominei.

Muito obrigado!

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Meu caro Deputado Paulo Maia, o Parlamento serve justamente para isto. Muitas vezes temos que exercer o nosso direito de crítica e também reconhecer aquilo que é feito de bom pelo Governo. Seja este ou um outro Governo.

Eu é que agradeço Vossa Excelência pela seriedade de suas palavras, pelo equilíbrio, pelo reconhecimento daquilo que se faz.

Eu entendo que é muito importante que travemos diariamente nesta Casa esta troca de palavras, de informações, para que possamos questionar de uma forma clara aquilo que acontece neste Estado e neste País. Nós temos que discutir mais vezes, mas discutir e não apenas para discutirmos problemas pessoais, partidários até.

Nós temos uma meta maior, que é o bem-estar da nossa população e a grandeza deste Estado e deste País.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, Senhores Deputados pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Horário das Lideranças.
Bloco Parlamentar Independente.
Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Volto à tribuna na tarde de hoje para fazer um alerta aos Senhores Deputados e a todo o Estado do Paraná.

Segundo o Deputado Federal Haully, no dia 26 de março voltará a ser apreciado no Congresso o Projeto que separa o Estado do Paraná. O Projeto cria o Estado do Iguaçu.

Eu gostaria que os Senhores Deputados, principalmente os da região se manifestassem. Porque de nada adiantam as nossas discussões aqui em Curitiba, na Associação Comercial e em outras entidades, quando o real problema está acontecendo no Sudoeste do Estado do Paraná.

Na sexta-feira, como todos sabem, no Congresso Nacional, é um dia muito perigoso, porque é o dia em que podem surgir as votações de liderança: em simples dois ou três segundos, aprova-se o plebiscito e, fatalmente, aprovado este plebiscito, o Estado do Iguaçu será uma realidade.

Eu espero que todas as forças vivas deste Estado: a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado, entidades, associação

comercial, universidades, trabalhadores, se posicionem contra a criação do Estado do Iguaçu.

O Deputado Edi Siliprandi tem conseguido adesões em Brasília, no Paraná. O Deputado Jony Varisco já está, também, agregado. O Deputado Spada, também, parece que está brigando pelo Estado do Iguaçu. E se isso acontecer, nós simplesmente estaremos dividindo o Paraná e Santa Catarina e acabando com toda esta estória do Paraná ser a pérola do Brasil.

Eu espero, Senhor Presidente, que o Senhor, como Líder desta Casa, lance imediatamente algo efetivo que não fiquemos só no discurso. Que partamos para a prática. Vamos enfrentar os habitantes daquela região, dizendo das vantagens e desvantagens de se dividir o Estado do Paraná.

Por isso, eu faço este apelo, a que todos os Senhores, Deputados, Governo do Estado, imprensa, entidades, movimentem-se contra a criação do Estado do Iguaçu, pois, fatalmente, no dia 26 de março ele voltará para o Plenário da Câmara Federal. E, se passar, o Estado do Iguaçu, vários outros Estados virão atrás. E o Brasil será transformado em Capitânias Hereditárias.

Portanto, eu lanço, aqui, este apelo, para que nós tomemos uma ação efetiva contra a criação do Estado do Iguaçu.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas gostaria que na sua reflexão, ilustre Deputado Fregonese, observasse que é democrática a idéia de realização de um plebiscito.

Ela permitirá ao povo da região Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, a decidir seus próprios destinos.

E, ela permitirá àqueles que advogam a idéia da unidade do Paraná, que possam defender, também, as suas posições naquela região.

Eu creio que o filho que é bem tratado em casa não quer se retirar do lar. E mais do que isso: a descentralização administrativa, como possibilitará a criação do Estado do Iguaçu, se for efetivamente consumado e acatado pelo plebiscito, ela aproximará o Governo do povo ainda mais. Nós teremos uma descentralização do poder. Abrir-se-á para toda uma região possibilidades de ter o seu próprio projeto de desenvolvimento econômico, educacional, cultural; o que hoje, notoriamente, não tem.

Então, eu quero me contrapor ao posicionamento de Vossa Excelência e dizer que defendemos a possibilidade do povo fazer a escolha, no plebiscito, se deseja continuar no Paraná ou se deve fazer parte de um outro Estado. Eu acho que o debate é

democrático. Não se pode retirar este direito do povo escolher.

Então, "data vênica" eu quero discordar de Vossa Excelência porque o mérito, quem irá decidir sobre a criação do Estado, em última análise, é a população.

O que está sendo votado no Congresso Nacional é a autorização de um plebiscito. E eu lembro que há alguns dias atrás eu conversava com alguns prefeitos onde se fazia um cálculo que os Municípios novos que nós criamos no Paraná só para redistribuição do fundo e participação dos Municípios alocou recursos do Governo Federal uma quantidade muito grande ao Estado do Paraná. Nós não teríamos esses recursos se não tivessem sido criados esses Municípios, é lógico que os novos Municípios têm que formar a sua estrutura administrativa, tem despesas, têm dificuldades para a sua instalação.

Mas não podemos deixar de reconhecer que de um modo geral eles acabam a médio prazo numa situação do que se mantendo simples Distritos dos Municípios-mães, quer dizer, há efetivamente um processo de democratização da decisão política, ela fica mais próxima ao povo, o povo tem um acesso mais imediato, mais direto, mais rápido, mais fácil às decisões dos Governantes, ao Prefeito, aos Vereadores, o povo tem condições de influir na destinação dos recursos, tem maior autonomia e se percebe que o Paraná, a região Oeste, Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina com a criação do Estado do Iguaçu talvez tenha nessa maior autonomia capacidade de trazer mais recursos do Governo Federal para essas regiões uma Universidade por exemplo, que nós não temos, um Banco de Fomento, do próprio Estado que nem o Paraná detém hoje, que possa implementar o seu próprio programa de Desenvolvimento, uma proximidade maior do povo como centro de comando do Poder Estadual.

Quer dizer, são algumas das possíveis vantagens da criação do Estado, que se nós não tivermos o plebiscito não serão colocados em discussão. Agora, existem argumentos importantes a criação do Estado do Iguaçu, esses argumentos devem ser considerados e terão possibilidade democraticamente de serem colocados à apreciação. O povo informado e politizado terá depois em suas mãos a decisão se o plebiscito for acatado pelo Congresso Nacional.

Então eu defendo já há muito tempo, democraticamente, o plebiscito é um direito da população do Oeste e do Sudoeste do Paraná e do Oeste de Santa Catarina. Quanto ao mérito, teremos aí sim, a campanha pelo plebiscito que permitirá a cada uma das partes defender o seu ponto de vista. Eu acho que o que a gente deve buscar é o melhor para o povo, melhorar, modernizar o

Estado, aproximá-lo do povo, isso é o que nós temos que buscar, e se a criação do Estado do Iguaçu significar esse avanço, nós teremos que aceitar essa realidade.

Esse é o meu pensamento, agradeço a delicadeza de Vossa Excelência em me conceder o aparte.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - O Senhor disse uma frase, Deputado Ernani Pudell: "o povo esclarecido e politizado." Essa é minha grande preocupação, não só com o Sudoeste e vou lhe dizer o porquê. Desde 1968 se fala na criação do Estado do Iguaçu, depois com o advento das obras do Governador Jayme Canet esse movimento se acalmou, como foi no Norte do Paraná quando todo mundo queria que o Norte do Paraná pertencesse ao estado de São Paulo, onde os partos não eram feitos em Londrina, mas eram feitos em São Paulo e até Belo Horizonte, porque naquela época as estradas eram de chão e meu pai que era motorista viajava muito puxando gasolina de Paranguá a Londrina e ele me explicava quando eu era pequeno sobre essa divisão do Norte do Paraná.

Vejam bem Senhores Deputados, o Governo do Estado do Paraná investe mais no Sudoeste do que arrecada, e se nós perdermos o Estado do Iguaçu, se nós perdermos essa parte do Estado do Paraná o Estado do Iguaçu já começará com um potencial de 26 milhões de quilowatts de potência de hidrelétrica, a maior potência do mundo em área. Vejam bem, todos investimentos de ordem federal e de ordem do Estado.

Por isso eu acredito e encerro com uma frase "que quem não puder somar que não divida, porque quem dividir, tem que ser subtraído".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, o PSDB.

(Declina)

O PTB.

Com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Inicialmente eu quero me somar ao apelo do nobre Deputado Lourenço Fregonese, porque a divisão do Estado do Paraná interessa apenas a alguns políticos, a maioria deles fracassados.

Com a adesão agora anunciada pelo Deputado Lourenço Fregonese, do Deputado Sérgio Spada, não me deixa surpreso porque eu o conheci nesta Casa, uma passagem obscura, tanto que não foi reeleito; e é uma oportunidade para ele a criação do Estado do Iguaçu, é uma oportunidade para

ele manter ali um reduto eleitoral que permitirá a sua reeleição.

Quanto a argumentação do Nobre Deputado Ernani Pudell, eu concordo com ele, plebiscito é uma arma democrática, o povo deve dizer aquilo que quer, mas acontece que nem sempre o povo está preparado. E discordo da argumentação do nobre Deputado Ernani Pudell com relação aos novos Municípios criados, houve o plebiscito, o povo aprovou a criação, a separação do Distrito do respectivo Município, e hoje eles estão aí, os Prefeitos desses Municípios criados por esta Casa com o chapéu na mão, sem ter condições de pagar inclusive a folha de funcionários. Dizer que atrai maiores recursos do Governo Federal é utopia porque os recursos são divididos proporcionalmente, se o Município retinha 100% dos recursos do Governo Federal, se ele foi subdividido em quatro, ou cinco Municípios, é evidente que esses recursos também serão divididos em quatro, cinco Municípios. Não se tratará de aumento, o Governo Federal não reconhecerá esses novos Municípios e injetando-lhes novas importâncias no Fundo de Participação.

Então, essa parte eu discordo, eu acho que o Paraná tem muito a perder com essa divisão e quase nada a lucrar, embora eu concorde com o Deputado Ernani Pudell quando ele diz que o plebiscito é uma arma do povo, é uma manifestação democrática sem dúvida.

Segundo lugar Senhor Presidente, os jornais de hoje estamparam a fotografia do Presidente da TELEPAR, que ele com muita alegria, com muita satisfação, com muita euforia, comunicava ao povo do Paraná que a TELEPAR teve um lucro líquido de cento e oitenta bilhões de cruzeiros. Não tenho nada contra o Presidente da TELEPAR, acho que é um bom administrador, está fazendo uma boa administração, mas eu acho que essa euforia não cabe, porque é uma empresa monopolística, ela impõe as tarifas, mensalmente elas são elevadas acima da inflação, é evidente que tem que dar lucro. Eu só admitiria essa alegria da direção da TELEPAR se houvesse a concorrência, se houvesse em outros países do primeiro mundo duas ou três empresas explorando o mesmo ramo.

Então, daí sim seria a competitividade e a capacidade de direção que resultaria no resultado positivo dos balanços anuais. Agora, cantar vitórias numa empresa monopolística, numa empresa que impõe ao povo, que impõe ao consumidor, que não dá o direito sequer ao consumidor de reclamar dos excessos de impulsos que nós sabemos que eles existem, que são cobrados arbitrariamente. Isso para mim não significa nada esse lucro, porque é extorquido do povo, são mais de quinze bilhões por mês de

lucro que tem a TELEPAR, era preferível que ela tivesse apenas um bilhão de lucro por mês e que o restante revertisse em favor do usuário, que cada vez que o usuário reclamasse um excesso de impulsos, uma irregularidade na cobrança da conta telefônica que fosse prontamente atendido, que fosse verificado se realmente essa reclamação procederia, ou não. Mas não é o que acontece hoje eles impõem o número de impulsos de cada aparelho telefônico e não há lugar para reclamação do usuário.

Portanto, eu quero deixar aqui a minha estranheza por essa alegria, por esse euforismo de uma empresa monopolística anunciar um lucro exorbitante em cima do sacrifício do povo que utiliza o serviço telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças consulto a Liderança do PFL.

(Declina).

PP.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendia ler um por um dos requerimentos, mas o tempo de sete minutos e meio não me permite isto.

Este calhamaço de papel representa o trabalho sério, honesto, de pessoas preocupadas com aquilo que acontece na sua comunidade. Afinal, no período extraordinário esta Casa recebia um projeto de lei para que ele fosse praticamente aprovado numa espécie de rolo compressor, no entanto, nós alertamos a Casa e conseguimos, graças a Deus, que o projeto fosse retirado da Ordem do Dia. E graças também a atuação firme e decidida do Deputado Erondy Silvério foi possível não permitir que este projeto voltasse no dia seguinte à Ordem do Dia sem que houvesse um consenso, sem que a população fosse comunicada do que estava acontecendo, o que esta Assembleia estava voltando, sem que aquela comunidade tivesse o devido conhecimento.

Falo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, do Projeto de Lei 427/92, que diz respeito à cessão do imóvel onde está hoje o Instituto Politécnico Estadual que tem preterição, o Governo do Estado, de ceder para o CEFET.

Esta tentativa de cessão ao CEFET já vem desde o Governo Álvaro Dias quando também batalhamos junto à comunidade e ele ficou suspenso. Agora voltou à tona e, para surpresa nossa, - dissemos isto aqui na

tribuna, - numa rapidez impressionante, sem que os próprios pais de alunos que haviam feito a matrícula soubessem que seus filhos já não estariam mais estudando no IPE, Instituto Politécnico Estadual.

Vejam que o trabalho de uma comunidade em apenas uma semana arrecadou quarenta mil assinaturas contrárias à cessão do imóvel ao CEFET. Trago aqui ao conhecimento da Casa para alertá-los de que este projeto de lei antes de voltar ao plenário precisa que haja um entendimento, precisa que as partes envolvidas, CEFET, IPE, Secretaria Estadual de Educação e esta Casa estejam devidamente conscientizados do que vão votar.

Foi graças à atuação - repito, do Deputado Erondy Silvério, acompanhado dos demais Parlamentares, maioria do bloco de Oposição, com adesão de alguns companheiros do bloco de apoio ao Governo, foi possível segurar este projeto.

E agora, está aqui uma enorme responsabilidade a esta Casa, porque são quarenta mil assinaturas.

Perguntava agora há pouco às lideranças do Boqueirão, ao Gilmar Fernandes, Presidente da APP, ao João Alberto Teixeira, que é o Secretário, ao Albino Lewirowski, que é Tesoureiro, se realmente a comunidade já está devidamente conscientizada de que não é um bom negócio ceder ao CEFET; se é realmente o desejo da comunidade que permaneça como IPE, porque a Assembleia não quer que amanhã ser acusada de impedir uma boa coisa para o bairro do Boqueirão.

Mas vejo que com a evidência de quarenta mil assinaturas, não devemos nos curvar diante desta intenção da comunidade de que se mantenha o IPE como está e o Governo do Estado injete ali recursos, porque quem sabe até possa ter uma escola profissionalizante ao nível do CEFET, ou até quem sabe melhor, por que tem todas as possibilidades para isto. Lá está o imóvel preparado para isto. Se o CEFET não atingiu o nível que deveria atingir não é culpa da direção, nem de professores e nem da comunidade, a culpa seria do Governo do Estado que não tem injetado recursos naquele órgão que é sua propriedade. Por isso eu trago aqui apenas o conhecimento sem tentar polemizar a questão, mas alertando esta Casa e fazer com que os companheiros tomem conhecimento de que existe 40 mil assinaturas aqui que estão sendo distribuídas às lideranças partidárias para que a gente analise com todo cuidado, mas com todo cuidado mesmo para que não se cometa uma injustiça a esta laboriosa comunidade que é a comunidade do alto Boqueirão que por duas ocasiões se levanta contra essa mudança.

Então desde que por duas ocasiões se

levantaram é porque eles acham que não é um bom negócio, entregar de mão beijada ao CEFET, muito embora o CEFET diga que vai investir, que vai dar oportunidade, mas é bom lembrar que para fazer o vestibular no CEFET tem que pagar, no IPE não paga nada.

Então tem esse dado que é bom o pessoal ficar sabendo de como se posiciona essa situação toda. Nós queremos realmente que o IPE volte, possa realmente desempenhar seu papel, possa ser utilizado no seu todo para o bem da comunidade e para valorizar até, a nossa Secretaria da Educação, agora, para isso precisa injetar recursos.

Então chamo atenção dos companheiros aqui neste momento para que saibam que existe 40 mil assinaturas, que a decisão desta Casa aqui e as pessoas, companheiros que são do interior do Estado que estão muito ligados à questão do mestre, a questão local, que se nós estamos aqui neste meio falando e defendendo o IPE e mostrando 40 mil assinaturas é porque nós sabemos qual é a realidade desse Instituto, se ele não é melhor não é por culpa de quem está lá, é por culpa de quem se ausentou nesse período todo, a própria Secretaria, e não culpo aqui o Secretário Elias Abrahão porque ele assumiu recentemente, mas outros Secretário desde que o Belmiro Valverde que era o Secretário do ex-Governador Álvaro Dias, depois passou Gilda Poli ninguém nunca deu bola ao IPE, o IPE sobrevive às custas da APP, da comunidade, às custas da ajuda das pessoas que fazem com que aquele Instituto se mantenha em pé, possa ter a sua estrutura até conservada, porque infelizmente, com toda sinceridade o Governo do Estado esqueceu o IPE.

Então não é porque ele esqueceu é que a comunidade pague um preço tão alto de transformá-lo para um órgão do Governo Federal. Ora, se foi construído com imposto dos paranaenses, em especial com o pessoal do Boqueirão, do Alto Boqueirão, do Sítio Cercado, Vila Fany, Vila Hauer, aquela região toda, eu acho que eles têm que merecer realmente o respeito do Governo, e evidentemente receber o respeito que ele merece.

Concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O Sr. Paulo Maia - Apesar de V.Exa. já estar no final do Horário da sua Liderança, somo-me a V.Exa. e também pela comunidade, porque quando presidi a Associação dos Professores do Paraná eu assisti o anseio daquela comunidade em relação a essa proposta antiga do Cefet. Acho que nada melhor que a comunidade trazer ao conhecimento desta Casa do que este abaixo-assinado e a manifestação que está havendo, e que se registre também que a comunidade está convocando a esfera governamental e

também os Parlamentares que quiserem estar presentes para dia 29 ou 30 lá no Instituto Politécnico Estadual para uma discussão para sentir de perto a reação do povo; então acho que isso é mais do que fundamental, porque no momento que começarmos a fazer política ouvindo os anseios do povo de cada região com certeza nós políticos erraremos menos ainda.

Agradeço o aparte de V.Exa..

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo aparte ao Deputado Bona Turra.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Deputado Algaci Túlio, creio que essa discussão sobre o Instituto de Educação deva ser levada aqui nesta Casa com a maior seriedade, mas não creio seu balizamento deva ser o abandono daquela Instituição.

Tive oportunidade de dirigir o Departamento de Obras do Estado para me referir ao Setor de competência que presidi durante 18 meses, organizamos investimentos que montam a quase um bilhão de cruzeiros em reparações, reformas, melhorias naquela Instituição. Se V.Exa. esteve recentemente lá deve ter observado que há diferenças fundamentais no que diz respeito a estrutura física do edifício relativamente ao que tínhamos há um ano. Do mesmo modo nós quando saímos do Departamento de Obras deixamos ordenado um orçamento integral de obra e uma ampliação da ordem de três mil metros quadrados, um conjunto, um complexo de edificações naquela instituição.

Esta é uma questão que está indicada no Departamento de Obras e, creio, só não tenha sido levado a termo esta licitação do Instituto Politécnico que diz respeito à ampliação de três mil metros quadrados em função, justamente, dessa discussão que visa a transferir responsabilidade do ensino técnico ao Governo Federal.

Então, não me parece que o balizamento deva ser o abandono. O Governo do Estado não só em relação ao Instituto Politécnico Estadual como também em relação às demais instituições recupera um terreno que foi perdido ao longo de muitos anos dado à ênfase a outros setores, especialmente o setor de pavimentação, e que se volta agora ao setor de edificação.

Vamos nos dedicar pela Bancada intensamente a debater todas as implicações deste projeto de Governo que tem e está regido pelo interesse público, mas que deve ser debatido, e será, seriamente por este Poder com independência e autonomia.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir, Sr. Presidente.

Eu agradeço o aparte do Deputado Bona Turra. Sei da sua atuação no DECOM, da sua maior boa vontade, mas mesmo assim, apesar

dessa liberação de dois milhões de dólares, me parece que não chegou a se concretizar, evidentemente, essa ampliação e as melhorias. Eu mesmo sou testemunha, na condição de Vice-Prefeito, às vezes até como Prefeito interino de Curitiba, determinei obras de reparação, de conservação no prédio que não é da Prefeitura, mas do Governo do Estado.

Mas isso, Deputado, até independe esta discussão aqui. Mas o abandono maior, parece-me, Deputado, é por parte daqueles que passaram pela Secretaria da Educação que não o corpo docente daquela escola, daquele instituto e não me parece, levaram a sério o trabalho que é feito. Eu, agora, não tenho tempo, mas quando vier para discussão, eu vou mostrar o histórico do instituto, a importância, o que ele formou e o que tem formado.

Por isso, apenas uma questão aos Parlamentares para que quando este projeto vier à Ordem do Dia, por favor, lembrem-se que existem quarenta mil assinaturas e que é preciso, acima de tudo, respeitar aqueles que tiveram o trabalho e aqueles que assinaram este documento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Ainda no Horário das Lideranças, consultamos o PT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Sr. Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Dia 14 próximo passado o Partido dos Trabalhadores fez um plebiscito interno para definir qual o sistema de Governo que o nosso Partido defenderá no próximo dia 21 de abril. Este plebiscito foi feito dentro do Partido dos Trabalhadores mostrando o caráter democrático do PT e que lá em nosso Partido não existe o cacique dizendo se o Partido deve ser presidencialista ou parlamentarista.

Nós militantes do Partido dos Trabalhadores, seja base ou dirigente de partido, provamos que a democracia se exerce na prática e que todos os nossos quadros, dirigentes ou não, mostraram a coerência e ética e hoje todos se colocam do lado do presidencialismo.

Nós entendemos que a questão política da facilidade de estrutura de poder passa, principalmente, pela falta de partido político coerente com o programa e que leve à sociedade as suas propostas. O PT mostrou a sua coerência fazendo este plebiscito. E se todos os partidos assim tivessem feito, somente fortaleceria os partidos e a democracia brasileira.

Isto chamou a atenção da Imprensa, como a própria Folha de Londrina coloca em

editorial do dia 21 do 03 de 93 que o Partido dos Trabalhadores democraticamente decide e ele escreve que partido político não é um amontoado de gente reunida por interesses particulares, que muda posições conforme circunstâncias e nada tem haver com plataformas ou programas. Nós do PT temos um programa partidário e temos uma plataforma para o dia em que chegarmos, seja em que nível for de governo municipal, estadual ou federal.

E ela coloca mais, que o problema político brasileiro é a falta de partidos que de fato tenham postura e coerência. Disso não podemos ser acusados. O PT tem sido coerente na sociedade e tem sido coerente consigo mesmo. O PT tem tido postura pública e democrática e o PT agiu democraticamente. Por isso que quando nós fomos criticados ao questionar a entrada de Erundina no Governo, é que se hoje se discute um plebiscito a nível nacional, discute-se um sistema de governo democrático. Sistema de governo democrático só se dá com partido forte e partido só pode fazer parte de governo se esse governo tiver um programa, se esse programa for discutido primeiro entre o partido e em segundo com a sociedade.

O Governo Itamar não tem proposta e não tem programa para o País e o PT tem, e por isso que nós nos colocamos naquele momento contra a participação de qualquer militante do PT no Governo Itamar e agora mostrou novamente a nossa coerência ao definir o sistema que vamos defender como partido.

Apesar de Lula, Genoíno e José Dirceu serem parlamentaristas, eles acatam a decisão desse plebiscito e tem gente que nos diz, mas isso não é democrático e eu pergunto a sociedade brasileira não acatará o resultado do próximo plebiscito do dia 21?

Terá um sistema vencedor, o outro lado perdedor, acatará a decisão democrática da maioria e assim funciona o nosso partido com a minoria acatando a decisão democrática da maioria e se todos os partidos assim agissem, nós temos certeza que somente contribuiria com a sociedade brasileira e com a democracia no nosso País.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças, o PMDB. Deputado Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em pronunciamento da tribuna desta Casa em 03 de março de 1993, denunciei a aliança espúria de políticos corruptos, administradores mal-intencionados e empresários corruptores, que está levando ao absoluto descontrole o sistema de

transporte coletivo na cidade de Curitiba.

Sob essa malsinada tríade, recente decreto 328 do Prefeito Rafael Greca restringiu a venda dos vales transporte aos dez primeiros dias úteis do mês, sendo inegável a ilegalidade do ato que viola o artigo 39 Inciso II do Código de Defesa do Consumidor.

Para além, dizia que o indigitado ato vem capitulado como crime contra as relações de consumo no artigo 7º Inciso VI, cominado com as circunstâncias agravantes do artigo 12 Incisos da Lei 8137 de 27.12.1990.

Denunciei ainda que os sucessivos aumentos acima da inflação da tarifa de transporte destinaram-se a cobrir os rombos provocados pelo represamento da tarifa nos meses anteriores a campanha da sucessão municipal, bem como ao financiamento dos custos de campanha do então candidato Rafael Greca à Prefeitura de Curitiba.

Corroborando os fatos noticiados está em marcha e já se concretizou uma operação denominada tapa-buraco nas contas da URBS evidenciada pelo derrame de 15.000 vales transporte no mercado equivalente a 120 bilhões de cruzeiros, conforme declarações prestadas pelo vereador Jorge Miguel Samek ao jornal "Folha de Londrina" em 03 de março deste ano.

Diante de tão graves e tantas denúncias, requeri ao Ministério Público que determine à Procuradoria de Defesa do Consumidor daquela instituição as medidas de lei tendentes à anulação do indigitado decreto, bem como determine a instauração junto à Delegacia de Crimes contra a Administração Pública do necessário inquérito policial.

Do mesmo modo, na minha ausência, da Tribuna, o Deputado Algaci Túlio procurava colocar em questão o nosso compromisso com a legalidade, o nosso compromisso com o estado de direito democrático. Quero dizer que nós estamos comprometidos com a ordem democrática e com soluções políticas que impliquem com a ruptura da usura, da exploração e de todas as formas de corrupção. Em nenhum momento, em reunião nenhuma, se cogitou de depredação do sistema físico do transporte coletivo da capital do Estado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Em seguida, Sr. Deputado Algaci Túlio.

Justamente por isso requeri ao Procurador Geral do Estado a instauração de inquérito para apuração das denúncias levadas a termo pelo Jornal do Estado e reproduzidas por outros órgãos de comunicação e da Tribuna pelo Deputado Algaci Túlio.

Mas, no dia 19 último recebi uma comunicação assinada pelo jornalista Rui Barroso, filho do Diretor, proprietário do "Jornal do Estado", nos seguintes termos: "Prezado Deputado, gostaria de solidarizar-me com V.Exa. em função de matéria publicada no Jornal do Estado, ofensiva a sua pessoa, bem como cumprimentá-lo pelo direito de resposta exercido e veiculado na Gazeta do Povo.

Deixei o Jornal do Estado no último dia 15 de janeiro por discordar da orientação político-editorial que vem sendo dada pelo Diretor Presidente daquele órgão de comunicação, embora ele negue, em matéria publicada, a pedido, no Jornal Gazeta do Povo. É o próprio Dr. Rui Barroso que pauta orienta e instrui os jornalistas da editoria política, mesmo quando não vai aos finais da tarde ao Jornal do Estado, ocasião em que acompanha tudo via fax, mesmo estando no exterior.

Quando de minha saída, continua o Sr. Rui Barroso, houve outra divergência: recusei-me em assinar um documento que seria utilizado contra a minha mãe num processo litigioso de natureza pessoal.

O Jornal do Estado está comprometido, afirma o Sr. Rui Barroso, está comprometido com grupos financeiros de oposição ao Governo Requião e a favor do monopólio de transporte coletivo. O Dr. Barroso, diz Rui Barroso, é uma pessoa irredutível e escreve sempre o que quer sem que ninguém o conteste. Mais uma vez parabéns.

Para que possa tomar um pouco mais de conhecimento sobre a personalidade do jornalista Roberto Barroso estou enviando alguns documentos que certamente serão esclarecedores. Não disista. Esteja sempre disposto a enfrentá-lo quando de provocações e falsas acusações. E assim que as nossas mãos, três declarações, três certidões. Uma do Segundo Cartório de Protesto de Títulos que indica o recebimento pelo Sr. Roberto Barroso de valores da ordem de 9 milhões e oitocentos mil a título de vínculos funcionais com aquela serventia, bem como uma outra certidão que dá conta, do Tribunal de Justiça, Poder Judiciário, que dá conta do percebimento também pelo Diretor proprietário daquele jornal de valores da ordem de 4 milhões e 400.

E por último uma declaração do próprio Jornal do Estado que diz o seguinte: "Declaramos para os devidos fins que o Diretor Presidente da Editora Jornal do Estado Ltda, Dr. Roberto Barroso Filho, não fez como não faz nenhuma retirada financeira da empresa, seja a título de "pró-labore", participação de lucros ou qualquer outro.

A empresa que é responsável pela edição Jornal do Estado vem apresentando su-

cessivos prejuízos fiscais desde a sua fundação, o que inviabiliza qualquer tipo de retirada dos seus sócios. "E aí pergunta o jornalista Rui Barroso: Se ele ganha tão pouco como mantém o seu patrimônio e as 35 viagens internacionais em primeira classe nos últimos dois anos? É justamente por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos remetendo ao Ministério Público, bem como à Receita Federal e à Polícia Federal, porque temos aqui uma denúncia clara de comprometimento de um órgão de comunicação social, que patrocina politicamente o sistema de transporte coletivo e a usura praticada contra os usuários da capital do Estado. Temos aqui uma denúncia de enriquecimento sem causa, de enriquecimento ilícito que precisa ser apurada pelos órgãos de polícia.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ligações perigosas, com prova testemunhal e tenho sido testemunha ocular, recebi uma denúncia que está aqui escrita a mão e vou preservar a fonte, porque junto ao Ministério Público, bem como à Polícia Federal, Receita Federal e à Delegacia de crimes contra a Administração, será devidamente apurada e levarei também o nome da prova testemunhal que me trouxe esse documento. Diz o seguinte: "O publicitário Emanuel Publio Dias", marqueteiro de Zélia Cardoso, Paulo Cesar Farias, Zé Eduardo e Greca, foi o pivô de uma conexão Bamerindus-Paraguai-Greca, semelhante à operação Uruguai de Collor. Em junho do ano passado, o publicitário, homem da mala preta do Senador José Eduardo Vieira, na eleição ao Senado, de 1990 e dublê de publicitário e PC do prefeito Rafael Greca, forjou um contrato de prestação de serviços, retroativo a janeiro de 1992, com uma agência de publicidade, NASTA Publicidade, de Assunção-Paraguai, que teve como objetivo, "esquentar" dinheiro utilizado na campanha milionária do candidato Rafael Greca à Prefeitura de Curitiba.

O dinheiro do "Caixa 2", do Senador José Eduardo Vieira, operado por Sérgio Reis, empregado do Bamerindus, era repassado à campanha de Greca, via Agência do Paraguai, com sede em Assunção. Valores na ordem de 1 milhão de dólares foram empregados nessa operação - segundo a denúncia que tenho em mãos.

Como a imprensa noticiou que o dublê de publicitário, e o "homem da mala", já nominado Emanuel Publio Dias, integra o consórcio Collor-Zélia-PC, é necessário que se apure se essa conexão federal participou também através de Emanuel, do financiamento de Greca. Talvez essas ligações perigosas agora descobertas...

O SR. COLCIBINO GRASSANO - V.Exa. poderia usar o horário do Partido Liberal. Es-

tamos ouvindo com muita atenção e prazer o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Eu agradeço ao Deputado.

"Talvez essas ligações perigosas agora descobertas, expliquem porque o "Iernis-mo" só se integrou ao movimento pelo "impeachment" quando este já estava consumado. O TRE, a Assembléia Legislativa e a Câmara devem investigar se por trás dessa codorna há um cachorro peludo nascido em Canapi, criado na Casa da Dinda e que só voa no morcego negro, guiado sempre pelas pegadas estranhas de uma linha vermelha em Curitiba".

O Sr. Algaci Túlio - Me permite um aparte, Deputado?

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - De modo Sr. Presidente, Srs. Deputados, que concedendo o aparte ao Deputado Algaci Túlio, trouxe a esta Casa, denúncias que são as mais graves e que se articulam com outras questões. Não posso me esquecer que em 1989, quando entrevistava em programa que mantive, na Rádio Capital, em Curitiba, o hoje Governador do Estado Roberto Requião, o questionava sobre como entendia a participação da Empreiteira Greca em inúmeras obras na capital do Estado, obras que se multiplicavam no centro e no subcentro de Curitiba.

Prontamente o então governador entendeu que, sendo a Empreiteira Greca, uma empreiteira de larga tradição no setor de construção civil de Curitiba, não havia que se estabelecer questionamento. No entanto há notícias mais do que certas que dão conta do desligamento já durante a campanha do hoje Prefeito Greca, da empreiteira Greca, de uma conexão e uma espécie de sociedade oculta que liga a empreiteira Greca a inúmeras outras, a pelo menos quatro outras empreiteiras que continuam operando no setor de obras públicas da cidade de Curitiba.

Transporte coletivo, violência contra servidores, dubiedade quanto aos negócios no setor de obras públicas, prática reiterada de convites, da modalidade licitacional denominada convite - que vai até 1 bilhão e 300 milhões, com dispensa de prévia publicidade no "Diário Oficial" e na imprensa particular, são todas questões que nos levam a preocupações como homem de Curitiba, que aqui nasceu em 61, e que aqui mantém as suas ligações de amizades, políticas e que tem os seus compromissos de luta partidária. Devo me preocupar com os rumos que segue a atual Administração, aprofundando um modelo, um tipo de gestão que nos leva a estabelecer estas conexões.

E temos aquela denunciada durante a campanha, aquela denunciada pelo próprio Governador Roberto Requião, que estabelecia um vínculo material e documental entre o interesse de uma empreiteira e a prestação de serviços na área de propaganda à campanha municipal. Dizia-se, aquilo é muito pouco. Mas o que trago à tribuna é uma operação triangular: Bamerindus, Asunción, Agência Nasta, e campanha municipal à Prefeitura de Curitiba, que precisa ser investigada pela Polícia Federal, precisa ser investigada pelo Ministério Público e pela Delegacia de Crimes contra a Administração.

Deputado Algaci Túlio, V.Exa. tem o aparte.

O Sr. Algaci Túlio - Gostaria, antes de mais nada, de esclarecer a V.Exa., e por respeito a sua ausência do Plenário durante a sua viagem a Cuba, não ocupei a tribuna para responder pronunciamento feito por V.Exa., e que mandei solicitar as notas taquigráficas, quando acusava a aplicação pública do município e dizia, naquela ocasião, que o Prefeito Rafael Greca seguia os mesmos passos do seu antecessor que não tinha um contato melhor com a população.

Eu quero provar a V.Exa., e provarei nos próximos dias que nunca, na história desta cidade, uma Administração esteve tão perto do povo, do povo mais carente, do povo da periferia, como aquela minha e do Prefeito Jaime Lerner. E por uma questão de respeito a sua ausência, não usei este meu pronunciamento - e está, inclusive, na minha pasta. Fez-se nesta tribuna, a leitura de matéria estampada no "Jornal do Estado" que acusava V.Exa., Procuradores do Estado, outros parlamentares ligados ao Gabinete do Governador Roberto Requião, inclusive, políticos não reeleitos, mas que fomentaram as invasões em Curitiba - e que não foram reeleitos com o apoio do seu Governador - de que estiveram participando de reuniões. Fez na íntegra a leitura da matéria nesta tribuna, a matéria do "Jornal do Estado".

Por esta razão não quero que, e nem tenho esta pretensão de pedir que V.Exa. venha à tribuna fazer as cobranças que acha necessárias com relação à Prefeitura Municipal de Curitiba, à atuação minha e do ex-Prefeito Jaime Lerner, com a atuação do atual Prefeito Rafael Greca de Macedo. Não posso impedir, pelo contrário, aqui o espaço é democrático. Aqui também cobro a atuação do Governador Roberto Requião e do ex-governador Álvaro Dias.

O que V.Exa. está trazendo a esta tribuna também fica na mesma circunstância do famoso caso "Ferreirinha", e é bom que V.Exa. se lembre um pouquinho, porque essa

história de denúncia do Governador Roberto Requião ninguém mais acredita nisto. Nem V.Exa. mais acredita no Governador quando ele faz denúncias. Porque o maior escândalo, o maior estelionato político da História do Brasil, está agora aí. Como V.Exa. pode cobrar a atuação do "Jornal do Estado", que é um jornal imparcial, que tem retratado a verdade. Está aí o "Jornal Indústria e Comércio", trazendo todos os dias uma página inteira dos dois anos de Governo Roberto Requião. Como pode V.Exa. querer cobrar a atuação do Jornal, quando o seu Governador Roberto Requião, faz um acerto com o seu maior desafeto, o Martinez, e soltando o dinheiro do povo do Paraná nas televisões do Sr. Martinez para que amenize o processo do caso "Ferreirinha".

Ora, Deputado, aqui realmente, o espaço é político e democrático. E aqui vamos debater. A cada subida sua, nesta Tribuna, haverá uma subida minha, nessa Tribuna. E vamos aqui trazer as verdades. O povo do Paraná vai saber. A cada dia, o que acontece neste Estado. Posso lhe garantir que o que possa estar errado, ninguém mais do que eu tem interesse que se mostre a verdade. Se algo de errado acontece na atual administração, tenha certeza de que levarei ao conhecimento do ex-Deputado Rafael Greca e Prefeito atual, do que possa estar acontecendo.

Mas, não me venha, em Tribuna, mais uma vez, como vem o Governador à televisão, que cada dia encontra um adversário, cada dia faz uma ironia, cada dia faz uma acusação. E cadê as provas das acusações? Cadê o caso Ferreirinha? Alguém pode me explicar onde é que está o Ferreirinha? Onde é que está o Zé da Foice, que até então foi funcionário da Casa Civil, do Palácio Iguaçu, que Deus o tenha em bom lugar. Onde é que está? Como é que se mostram estas verdades? Onde é que está este acerto? Eu quero que V.Exa. venha a esta Tribuna e traga o que foi acordado, acertado, entre Martinez e Roberto Requião! Venha dizer ao povo do Paraná quantos bilhões vai custar este acerto para o povo do Paraná! Quantas obras ficarão sem serem constituídas, quantas estradas sem serem consertadas, pelo acerto político do seu Governador com o Senhor José Carlos Martinez.

E, primeiro, é bom que se diga: nós queremos que a verdade venha a ser dita, mas com provas. V.Exa., agora, ocupou a Tribuna e disse que vai preservar o informante seu. Isto me parece que até invalida sua denúncia. Eu acho que quem se dispõe a dar uma informação, tem que correr o risco de ver seu nome citado. Eu tenho 30 anos de rádio, e sei como isso funciona, Deputado. A mim não vai aplicar esta his-

tória de informante. Isso nós conhecemos bastante. Agora, o grande informante de V.Exa. e do seu Governo foi o Ferreirinha, que gostaríamos que V.Exa. pudesse até dar uma "pista" dele, daonde ele se encontra, para que possamos conversar com ele, para que ele venha aqui, numa Sessão desta Assembleia, se abra a Tribuna Livre, e que ele venha dizer a verdade, o que realmente aconteceu.

Nós vamos responder V.Exa., a cada afirmação sua, a cada indagação sua, acima de tudo com a verdade. Porque em quatro anos, eu o Prefeito Jaime Lerner governamos a Cidade como nenhum outro Prefeito governou. E aí estão os resultados. Foram cinco mil obras. Pode até, entre cinco mil obras, ter acontecido alguma coisa errada. Ninguém é infalível. Todos nós estamos sujeitos a erros. Mas, que V.Exa. venha nos acusar de ligações perigosas, mais perigosas do que as do Ferreirinha e agora esta ligação extraordinária com o Sr. Martinez, não existe outra.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Devo congratular-me com V.Exa., Deputado Algaci Túlio, porque em longa manifestação, em aparte, em nenhum momento fez a defesa relativamente às denúncias que apresentei aqui desta Tribuna.

Como homem experiente que é, sabendo da existência, e V.Exa. sabe, V.Exa. é um político experiente, sabe que o que se tem na Cidade de Curitiba, os interesses imobiliários, os interesses dos empresários do transporte, os interesses do banqueiro José Eduardo, são mais parecidos com ligações perigosas do que com ligações de natureza política ou partidária...

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Em seguida.

O SR. PRESIDENTE - (Hermas Brandão) - Informamos ao Deputado Bona Turra que tem um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - V.Exa. é um homem prático e devo atribuir esta ignorância ao excesso de praticidade. V.Exa. sabe, perfeitamente, que o Direito Processual Penal, as ações públicas, não comportam negociações. De nada adiantaria o Sr. Martinez ou sua "curriola" pretender renunciar à denúncia que atingiu a esfera pública. É uma ação pública. Portanto, não pode comportar negociação, diferentemente do Direito Processual Penal italiano.

Então esta denúncia que foi levantada,

esta questão que foi levantada pelo Jornal do Estado e reproduzida por V.Exa...

(tumulto e discussão no Plenário)

...eu só posso atribuir ao desconhecimento de V.Exa., relativamente ao Direito Processual Penal Brasileiro.

Quanto à idoneidade, é verdade, compreende-se pouco sobre a natureza e o conteúdo político de um tipo de exercício de mandato que fez o Governador do Estado. Num País como o nosso, acostumado a política dos punhos de renda, a política do clientelismo, a política do elogio fácil, os conservadores não podem se conformar com a presença à frente do Executivo do Estado, de um Governador combativo, oriundo ao movimento popular e sindical, que estabelece a polêmica, que coloca na ordem do dia a questão da terra, que coloca na ordem do dia a questão das obras públicas, da contravenção e da exploração bancária. Trazemos aqui denúncias e temos o direito de preservar as fontes, trazemos aqui denúncias que deverão ser apuradas, porque essa questão já refoge da esfera política e ingressa na esfera da polícia.

Eu acho que esse é o papel que devem exercer a Polícia Judiciária, que deve exercer a Polícia Federal, e o Ministério Público; apurar a implicação e as vinculações e articulações que existem entre empreiteiros desonestos, entre empresários corruptos e políticos corruptos.

Eu agradeço Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 20/93, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Heinz Herwig, na qualidade de Vice-Líder do BPI, constante do expediente, solicitando a substituição do Sr. Deputado Lourenço Fregonese pelo Sr. Deputado Antônio Annibelli, para compor a CPI de Campo Bonito. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado,

constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 050/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Amaro Gomes Monteiro, o trecho da PR-369, que liga a sede do Município de Barbosa Ferraz à PR-082. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado** (Public. no D.A. n° 10 de 04.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 050/93

P A R E C E R:

Por iniciativa do Sr. Deputado Namir Piacentini, procura-se homenagear uma pessoa que muito realizou em prol da população do município de Barbosa Ferraz, denominando Rodovia Amaro Gomes Monteiro, a PR-369, no trecho que liga a sede do Município ao trevo da PR 082.

Por atender ao que dispõem os artigos 53 da Constituição Estadual, e 125 do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 057/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dá o nome de Albert Sabin ao Hospital Geral do Portão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado** (Public. no D.A. n° 12 de 09.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 057/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 057/93 tem por finalidade denominar o Hospital Geral do Portão, estabelecimento hospitalar integrante da Rede Estadual, sediado no Bairro do Portão em Curitiba de "Hospital Ge-

ral Albert Sabin".

Da análise do referido projeto, não havendo nenhum óbice da natureza constitucional, regimental ou legal, para tramitação do mesmo nesta casa de leis, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

Sobre a Mesa, requerimento n° 461, de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 449, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 448, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 460, de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 464, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 450, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 463, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. À Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento n° 409, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - Requerimento verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Chamada Nominal pelo Sr. 1° Secretário Nei-vo Beraldin.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Parece que o Governo do Paraná está contra os interesses do Paraná, do País.

Apenas eu gostaria que V.Exa. esclarecesse o teor do Requerimento que não é nenhuma Comissão Parlamentar de Inquérito contra o Governo do Estado, é uma Comissão Especial para esclarecer a construção de uma dutovia que vai trazer o gás boliviano ao Brasil; e que segundo documento da PETROBRÁS esta dutovia será construída ligando diretamente a Bolívia a São Paulo e deixando o Paraná fora da rota, embora a própria PETROBRÁS já fez um estudo demonstrando que a construção do gasoduto ligando a Bolívia diretamente a São Paulo vai implicar num gasto de mais de dois bi-

lhões de dólares, enquanto que se ela passasse pelo Paraná seriam oitocentos e noventa e um milhões de dólares, quer dizer o Brasil vai pagar um bilhão a mais. Além disso, o Paraná vai ficar excluído do combustível do futuro, que poderá, entrando por Foz do Iguaçu, cortando todo o Paraná, até Curitiba, permitir a criação de indústrias que utilizam o gás natural como combustível.

Esse Requerimento está na Mesa desde o dia 17, amanhã nós temos uma reunião inclusive com o Presidente, o Diretor proprietário da Gazeta do Povo no Paraná, onde nós pretendemos começar a integrar a imprensa, e a manter essa posição da Bancada do Governo nós vamos retirar esse documento da Mesa, porque eu acho isso uma pouca vergonha, vamos retirar e vamos formar um comitê de Deputados que se interessam em defender o patrimônio público e os interesses do Paraná, obviamente excluindo aqueles que efetivamente não têm interesse nessa defesa.

Eu faço essa colocação Pela Ordem Sr. Presidente, porque eu acho um absurdo, até agora nós mantivemos uma Sessão, foram duas horas sem quórum mas que todos pacientemente falaram, ouviram, aprovamos Projetos de menor relevância o Requerimento este que está sobre a Mesa, e lamentavelmente mais uma vez se combate os interesses do Paraná.

Se for problema de constar assinatura e a chancela da Bancada do PT nesse Requerimento, nós permitimos ao ilustre Deputado que requereu a votação de quórum que coloque o seu nome, eu retiro a minha autoria, mas por favor não vamos prejudicar o Paraná, a menos que o Nobre Deputado tenha interesse com as empreiteiras que vão construir a dutovia por um bilhão de dólares mais caro que vai custar ao País, e esteja contra os interesses do Paraná.

Então, eu tenho que fazer essa colocação dura porque não é mais possível, há uma semana esse Requerimento está sobre a Mesa, se hoje não for aprovado nós vamos retirá-lo e amanhã vamos dar um cacete na imprensa, inclusive vou pedir um espaço no Bom Dia Paraná, quem sabe a gente consegue, para "dar nome aos bois" nesta brincadeira e o Paraná precisa ficar sabendo o tipo de postura que se adota aqui na Assembleia Legislativa do Estado. Não posso admitir este tipo de preconceito contra uma iniciativa nossa que deveria unir todos os paranaenses, de PT ao PTB, passando pelo PMDB, pelo PRN, pelo PFL... todos. Todos os paranaenses têm que ficar unidos nesta luta. Não compreendo este tipo de atitude.

Desculpe o desabafo.

O SR. TONI COLAÇO - (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, meu caro companheiro Deputado Ernani Pudell. Apenas para fazer uso da palavra para deixar claro o meu posicionamento. Desde o dia de ontem deste requerimento que vou votar a favor, estou aqui exatamente para apoiar este requerimento. Gostaria imensamente, não sei, não posso falar pela bancada, mas não é este o pensamento pelo menos dos Parlamentares que compõem a bancada do PMDB neste instante. Nós inclusive temos interesse, vamos lutar a favor, como já iríamos votar na sessão de ontem.

Estou fazendo esta ressalva para que não pare a pecha somente em cima da bancada do PMDB. Se olharmos para trás, são inúmeros os parlamentares de quase que todas as bancadas que não estão presentes aqui. Não são somente companheiros nossos do PMDB e sim de diversos partidos que aqui não estão presentes nesta sessão.

Estou fazendo esta ressalva porque gosto de ser muito claro e muito franco. Se já disse ontem que iria votar a favor, vou votar a favor e estou aqui exatamente para não me omitir com relação a este requerimento. E acredito eu que o pensamento é único em relação aos companheiros que estão ao nosso lado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O autor do requerimento da verificação de votação não está em plenário, acho que seria o caso de consultar o mesmo se ele retira o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A pedido de V.Exa. solicito ao Primeiro Secretário que faça a leitura do teor do requerimento.

(É lido o requerimento sobre formação de Comissão Parlamentar Especial - Construção do gasoduto).

O SR. NELSON JUSTUS - Sr. Presidente, pela ordem.

Quero nesta oportunidade fazer um apelo ao Líder da bancada governista. Acho que é uma matéria de extrema relevância e faço este apelo para que não seja levado em conta esta verificação de quórum, até porque nós votamos até agora sem o quórum suficiente, o que é realmente lamentável. Até renovo um outro apelo para que a Mesa Executiva desta Casa procure fazer com que principalmente aqueles Deputados que dão sustentação ao Governo façam-se presentes às reuniões ordinárias da Assembleia para que se evitem fatos lamentáveis como este.

Renovo meu apelo para que não percamos tempo porque a matéria é de extrema importância para o nosso Estado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente,

quero reiterar aqui considerações que já fiz ao Deputado Ernani Pudell numa sessão anterior em que disse, quando pedi verificação de quórum que pedi exatamente porque o assunto é da mais alta relevância e precisava, digamos, que tivéssemos aqui uma maioria representativa para votar este requerimento.

Eu reitero essa minha preocupação, mas levando em conta a relevância do assunto que mais uma vez nós insistimos no pedido de verificação de quórum e for constatada a inexistência de quórum por uma Verificação nós estivermos adiando ainda mais esse requerimento, então, por ser assunto de relevância nós vamos suspender a Verificação de quórum, mas eu peço a V.Exa. após votado esse requerimento me dê uma suspensão por cinco minutos para que eu possa prosseguir em outros assuntos aqui com o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está em votação o requerimento do Deputado Ernani Pudell.

Aprovado.

Requerimento n° 451, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 452, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 453, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 456, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 474 e 462, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 465, 466 e 467, de autoria do Sr. Deputado Teti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 473, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 471 e 472, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 454, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Lourenço Fregonese, Colombino Grassano e demais Srs. Deputados. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 335 e 334, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 329, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 391, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 333 e 380, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 319, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Solicito a V.Exa. autorização para que a Taquigrafia nos ceda o pronunciamento do Deputado Bona Turra para que a gente possa, evidentemente, dar as devidas respostas na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Será encaminhado a V.Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 050/93, 057/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s n°s 399/92, 068/93, 072/93, 083/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Brandy Silverio, e com a presença dos seguintes Deputados: Luiz Antônio Setti, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Antônio Costenaro Neto, Milton Barbosa, Dalton Machuca, Emilia Belinati, Paulo Maia, Oswaldo Trevisan, João Iensen e Teti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente

sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 07/93 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 38/93 de autoria do Deputado Colombo Grassano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 56/93 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 4) Proposição Veto n° 08/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 5) Proposição Veto n° 107/92 do Poder Executivo de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Antonio Setti - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 58/93 de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 43/93 de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 08/93 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 9) Proposição Veto n° 03/93 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 10) Proposição Veto n° 106/92 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 316/92 de autoria do Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 12) Projeto de Lei n° 399/92 de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 13) Projeto de Lei n° 435/92 de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 14) Proposição Veto n° 109/92 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 15) Proposição Veto n° 10/93 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen, com voto contrário do Senhor Deputado Toti Colaço - APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 53/93 de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 17) Projeto de Lei n° 57/93 de autoria do Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 18) Projeto de Lei n° 15/93 de autoria do Deputado Heinz Herwig. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 19) Proposição Veto n° 5/93 do Poder Executivo, de autoria do PT. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 20) Projeto de Lei n° 45/93 de autoria do Deputado

Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 21) Proposição Veto n° 104/92 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 22) Proposição Veto n° 111/92, do Poder Executivo, de autoria do Deputado Domingos Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 23) Projeto de Lei n° 35/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 24) Projeto de Lei n° 432/92 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 25) Proposição Veto n° 110/92 do Poder Executivo, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 26) Proposição Veto n° 11/93 do Poder Executivo, de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 27) Projeto de Lei n° 40/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 28) Projeto de Lei n° 66/93 de autoria do Deputado Nereu Moura. A Deputada Relatora, Emilia Belinati, requer Diligência - DEFERIDO; 29) Projeto de Lei n° 427/92 do Poder Executivo; 30) Projeto de Lei n° 18/93 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato; 31) Projeto de Lei n° 63/93 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Oswaldo Tevisan - APROVADO; 32) Projeto de Lei Complementar n° 46/93 de autoria do Deputado Anibal Khury. 33) Projeto de Lei n° 20/93 de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 34) Projeto de Lei n° 325/92 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 35) Projeto de Lei n° 39/93 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 36) Projeto de Lei n° 64/93 de autoria do Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 37) Projeto de Lei n° 398/92 de autoria do PT. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 38) Proposição Veto n° 03/93 do Poder Executivo de autoria do Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 39) Projeto de Lei n° 47/93 de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 40) Projeto de Lei n° 67/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 41) Proposição Veto n° 02/93 do Poder Executivo de autoria do Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 42) Proposição Veto n° 06/93 do Poder Executivo de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do

Deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos Deputados Paulo Maia e Emilia Belinati; 43) Proposição Veto n° 105/92 do Poder Executivo de autoria do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 44) Projeto de Lei n° 60/93 de autoria do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO, com voto CONTRÁRIO dos Deputados João Iensen, Arlindo Troian, Nelson Garcia e Luiz Antonio Setti; 45) Projeto de Lei n° 62/93 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Deputado Relator, Nelson Justus, requer diligência - DEFERIDO; 46) Projeto de Lei n° 13/93 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 47) Projeto de Lei n° 54/93 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 48) Proposição Veto n° 09/93 do Poder Executivo de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 49) Projeto de Lei n° 55/93 de autoria do Deputado Orlando Pesutti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 50) Projeto de

Lei n° 14/93 de autoria do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO. O Deputado Nelson Garcia registra seu voto FAVORÁVEL; 51) Projeto de Lei n° 37/93 de autoria do Deputado Mário Bezerra. 52) Proposição Veto n° 108/92 do Poder Executivo de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 53) Projeto de Lei n° 24/93 de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 54) Projeto de Lei n° 429/92 de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 55) Projeto de Lei n° 50/93 de autoria do Deputado Namir Piacentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 56) Proposição n° 113/92 de Poder Executivo de autoria do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Deputado deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária